



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

ESTUDO CRÍTICO DA BASE DE DADOS "PESQUISA DE PARECERES" DA  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Hiziane Ferreira da Silva  
Orientador: Prof. Dr. Marcílio de Brito

Brasília  
2018

Hiziane Ferreira da Silva

ESTUDO CRÍTICO DA BASE DE DADOS "PESQUISA DE PARECERES" DA  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Marcílio de Brito

Brasília

2018

SI586e

SILVA, Hiziane Ferreira da.

Estudo crítico da base de dados "Pesquisa de pareceres" da Procuradoria-Geral do Distrito Federal / Hiziane Ferreira da Silva; orientador Marcílio de Brito. -- Brasília, 2018.

61 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Gestão da informação. 2. Recuperação da informação. 3. Bases de dados jurídicas. 4. Parecer jurídico. 5. Procuradoria-Geral do Distrito

CDU025.3



**Título: Estudo crítico da base de dados "Pesquisa de pareceres" da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.**

**Aluna: Hiziane Ferreira da Silva**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 27 de agosto de 2018.

**Marcilio de Brito** – Orientador  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutor em Ciências da Informação e da Documentação

**Simone Bastos Vieira** – Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

**Vanessa Barbosa da Silva** – Membro externo  
Diretora de Biblioteca, Informação Jurídica e Legislativa da PGDF  
Mestre em Ciência da Informação

Dedico este trabalho à minha família, Jeani, Romilton e Eduarda, que estiveram sempre ao meu lado durante esta longa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela possibilidade de vivenciar a tão sonhada conclusão do curso de Biblioteconomia.

Agradeço aos meus pais e irmã, por nunca desistirem de mim.

Ao meu parceiro, namorado e amigo, Renato Sérgio, pela força e incentivo.

À minha amiga de alma, Letícia Alves, pela cumplicidade sem fim.

À Vanessa Silva, excelente bibliotecária, que me deu a ideia inicial do projeto, sem o seu direcionamento nada disto seria possível.

Ao meu orientador, Marcílio de Brito, que com muita atenção, paciência e inteligência me direcionou o caminho certo a percorrer.

Ao Reginaldo, do departamento de Biblioteconomia, que sempre me ajudou, semestre a semestre, até o fim deste curso.

*“Maybe I just wanna fly  
Wanna live, I don't wanna die  
Maybe I just wanna breathe  
Maybe I just don't believe  
Maybe you're the same as me  
We see things they'll never see...  
You and I are gonna live forever.”*

**Oasis**

## RESUMO

Esta monografia propõe uma análise funcional dos requerimentos de busca e recuperação da informação como um estudo de caso sobre o uso da base de dados “Pesquisa de pareceres” a partir da visão dos procuradores e assessores da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Mostra a importância da gestão da informação, com foco na recuperação da informação no âmbito jurídico. Conceitua os elementos fundamentais desse sistema de informação, apresenta a base de dados, sua interface e o perfil das necessidades de informação de seus usuários. Em revisão de literatura apresenta as características das bases de dados jurídicas e discorre sobre a atuação do bibliotecário neste ramo. A metodologia consiste em um estudo de caso, de abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semiaberto enviado por *e-mail* foram coletadas, compiladas e representadas em gráficos. Os resultados mostram que a base de dados “Pesquisa de pareceres” precisa, no melhor dos casos, ser substituída por um sistema de gestão da informação mais moderno ou sofrer uma atualização funcional com a incorporação de novos campos e função de busca livre em texto integral dos pareceres.

**Palavras-chave:** Gestão da informação. Recuperação da informação. Bases de dados jurídicas. Parecer jurídico. Procuradoria-Geral do Distrito Federal.



## ABSTRACT

This monograph proposes a functional analysis about the information retrieval requirements of the database "Pesquisa de pareceres" as a case study, from the point of view of its users, the prosecutors and advisors of the Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF). It shows the importance of information management, focusing on the recovery of information in the legal sphere. It conceptualizes the fundamental elements of this information system, presents the database, its interface and the profile of the information needs of its users. In the literature review, it presents the characteristics of law databases and discusses the intermediation of the librarian in this business. The methodology consists of a qualitative approach case study. For the collection of data an opened questionnaire online survey has been conducted. The answers were compiled and represented in graphs. The results show that the "Pesquisa de pareceres" database needs to be updated with a more modern information management system or undergo a functional upgrade with the incorporation of new fields and full-text search engines.

**Keywords:** Information management. Information retrieval. Law databases. Legal documents. Procuradoria-Geral do Distrito Federal

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O ciclo de vida de um sistema de informação .....	17
Figura 2 - Tipos de bases de dados.....	22
Figura 3 - Processos de recuperação da informação.....	22
Figura 4 - Vantagens e desvantagens da LC e LN .....	25
Figura 5 - Operadores Booleanos .....	29
Figura 6 - Estratégias alternativas para melhoria dos SRIs .....	30
Figura 7 - Sistemas modernos de buscas .....	34
Figura 8 - Sistema da base de dados “Pesquisa de pareceres” da PGDF .....	37
Figura 9 - Sistema da base de dados “SID” da PGRGS .....	38
Figura 10 - Sistema da base de dados “Acervo Legislativo do Estado de Sergipe” .....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de respostas obtidas .....	39
Gráfico 2 – Categoria dos usuários.....	40
Gráfico 3 - Grau de formação acadêmica dos usuários .....	40
Gráfico 4 - Periodicidade de utilização da base .....	41
Gráfico 5 - Frequência de utilização dos campos de busca.....	42
Gráfico 6 - Dificuldades encontradas durante a busca .....	43
Gráfico 7 - Documento localizado.....	45
Gráfico 8 - Modo de apresentação dos resultados.....	46
Gráfico 9 - Utilização das estratégias de busca .....	47
Gráfico 10 - Avaliação da interface gráfica do sistema.....	47
Gráfico 11 - Sugestões de melhorias feitas pelos usuários.....	50

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
2	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA .....	15
2.1	OBJETIVOS DA PESQUISA .....	15
2.1.1	Objetivo geral .....	15
2.1.2	Objetivos específicos .....	15
2.2	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	15
3	REVISÃO DE LITERATURA .....	16
3.1	Sistemas de informação .....	16
3.2	Informação jurídica no Direito administrativo .....	17
3.3	Os pareceres na Administração pública.....	18
3.4	Bases de dados jurídicas .....	20
3.5	Recuperação da informação em bases de dados .....	22
3.5.1	Estratégias de busca na recuperação da informação.....	26
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	30
5	O SISTEMA DE BUSCAS DA BASE DE DADOS “PESQUISA DE PARECERES” DA PGDF .....	31
5.1	Breve histórico .....	31
5.2	A estrutura da base de dados de “Pesquisa de pareceres” .....	32
5.3	A “Pesquisa de parecer” e seu arranjo .....	34
6	MAPEAMENTO DOS SISTEMAS DE PESQUISA DAS PROCURADORIAS GERAIS DO BRASIL .....	35
7	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	39
8	CONCLUSÃO .....	52
	REFERÊNCIAS .....	54
	ANEXO A .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura pistas para atualizar os padrões e modelos encontrados nos métodos de gestão da informação na administração pública, visando inovação por meio da substituição desses modelos por novos métodos que estejam alinhados às características de qualidade que possam dar aos gestores públicos ferramentas eficazes de trabalho, conforme pensamento de Marini (2003).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, em seu art. 5º, inc. XIV, assegura ao cidadão o direito de acesso à informação. Ligando este artigo à exigência da publicidade dos atos governamentais, de acordo com a CRFB (1988, art. 37, caput), temos a Ciência da Informação como mecanismo principal para tal feito, uma vez que, esta objetiva facilitar a comunicação entre informação e indivíduo, como visto em Belkin e Robertson (1976, p. 200, tradução nossa). Logo, entende-se porque a modernização da gestão pública, assim como a atuação de seus gestores adquire uma maior complexidade de acordo com que as ferramentas tecnológicas e necessidades de disseminação da informação vêm sendo ampliadas.

A informação desempenha papel fundamental em atividades desenvolvidas dentro do meio jurídico. O avanço no conhecimento científico dentro das instituições, contam com a gestão da informação e de como os seus gestores lidam com esses dados para a tomada de decisão em suas atividades. E de acordo com Robredo (2005), temos que a recuperação da informação é o produto final dentro do processo de gestão informacional.

Nesse sentido, os gestores da informação têm como impulso a busca por novos meios de uso da informação e das tecnologias, para que estas ações, associadas ao processo de levar informação correta ao cidadão, detenham de embasamentos precisos advindos de meios tecnológicos atuais disponíveis para a efetividade na tomada de decisão, segundo Tarapanoff (2001).

Este estudo de caso possui como elemento de análise, a base de dados “Pesquisa de pareceres” da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), órgão principal do sistema jurídico do Distrito Federal, que possui natureza permanente, imprescindível à Justiça e à Administração e também autonomia funcional, administrativa e financeira; responsável pela consultoria jurídica do Distrito Federal, privativas dos Procuradores do Distrito Federal e tem como atividade fim, ao dispor sobre o norteamto e fiscalização técnica do sistema jurídico

do Distrito Federal, a defesa pública, como versa a Lei complementar nº 395 de 31 de julho de 2001.

A PGDF iniciou suas atividades, em 1964, no prédio do Banco de Brasília, que se localizava no Setor Bancário Sul, e posteriormente, foi transferida no ano de 1979 para sua primeira sede no Setor de Áreas Militares (SAM), onde se encontra atualmente. Esta procuradoria tem em seu quadro 223 procuradores e mais de 230 servidores. Praticamente todos os assuntos jurídicos passam pelo crivo da PGDF, sendo esta altamente relevante para o Distrito Federal, onde sua área de atuação não se fixa somente na administração direta, mas também às autarquias e fundações.

De acordo com o dicionário jurídico, Diniz (2008), procuradoria-geral do estado tem o conceito de órgão que, integrando o Poder Executivo estadual, representa o Estado em juízo ou fora dele, agindo em defesa dos direitos públicos. Tal obra também explicita o conceito de procurador dentro do Direito Administrativo: “o procurador é o mandatário que representa judicial ou extrajudicialmente o Estado, o Município, a autarquia e a fundação pública” (DINIZ, 2008).

Segundo a Lei Complementar nº 395 de 31 de julho de 2001, à PGDF cabe a representação tanto judicial quanto extrajudicial como também realiza assessoramento jurídico ao Distrito Federal (DF). Além disto, efetua o monitoramento interno da licitude dos atos do Poder Executivo; representação na Fazenda Pública em face dos Tribunais de Contas da União (TCU), do Distrito Federal e de Recursos Fiscais; atenta-se para o cumprimento das medidas dos ordenamentos jurídicos e, conseqüentemente, da emissão de pareceres jurídicos.

O objeto de estudo deste trabalho são os pareceres jurídicos emitidos pela PGDF e disponibilizados para livre acesso em uma base de dados chamada "Pesquisa de pareceres", no intuito de orientar a tomada de decisão dos gestores da informação. Tais documentos tratam de questões anteriores específicas sobre contratações, compras, licitações, pagamentos de benefícios a servidores, e também aborda matérias tributárias, urbanísticas e constitucionais, etc.

Após o lançamento da base "Pesquisa de pareceres" na web, em novembro de 2011, verificou-se a necessidade da realização de um estudo para avaliar o sistema de gestão da informação acerca da recuperação da informação e sua interface. Para isto utilizou-se uma pesquisa de viés qualitativo, com a aplicação de um questionário, no qual os procuradores e assessores da PGDF expressaram suas opiniões, sugestões e apontamentos sobre a ferramenta.

## **2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA**

A pesquisa visa analisar o sistema de gestão de informações denominado “Pesquisa de pareceres” na forma das funcionalidades de sua interface web (<http://parecer.pg.df.gov.br/>) sob a ótica de seus usuários, os procuradores e assessores da PGDF, para identificar suas percepções e dificuldades, e propor soluções.

Sabendo que o sistema da base de dados de "Pesquisa de pareceres", criado em 2011, é a principal ferramenta para pesquisa de informações jurídicas que serve de assessoramento ao Governo do Distrito Federal (GDF), procura-se responder a seguinte questão: como é o desempenho deste sistema de busca e o seu impacto na satisfação das necessidades do seu público alvo?

### **2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA**

#### **2.1.1 Objetivo geral**

Analisar o desempenho do sistema da base de dados “Pesquisa de pareceres” e o seu impacto na satisfação das necessidades do seu público alvo.

#### **2.1.2 Objetivos específicos**

- a. Identificar os procedimentos de busca de informações utilizados pelos usuários da Procuradoria-Geral do DF;
- b. Analisar as necessidades de informação dos usuários relativa às funcionalidades disponíveis no sistema de busca da base de dados “Pesquisa de pareceres”;
- c. Mapear as procuradorias gerais estaduais que possuem sistema de base de dados para pesquisa de pareceres e seus diferenciais na busca de informação;
- d. Analisar as dificuldades encontradas pelos usuários, para suprir suas necessidades informacionais e propor soluções.

### **2.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Este estudo delimitou-se em colher informações, durante o período de 24 de novembro a 04 de dezembro de 2017, para analisar o desempenho do sistema da base de dados jurídica “Pesquisa de pareceres” da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e como isto impacta na satisfação das necessidades do seu público alvo. A população de estudo limitou-se aos procuradores e assessores usuários da base da PGDF.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Sistemas de informação

Cunha e Cavalcanti (2008), trazem a definição de sistemas de informação como um conjunto de componentes que ao se relacionarem capturam, organizam, armazenam e disseminam os elementos informacionais e possibilitam também um feedback.

De acordo com Rowley (2002), os sistemas de informação devem ser gerenciados para que possibilitem um trabalho proveitoso, de tal modo que seu planejamento esteja completamente alinhado com o planejamento estratégico da organização. Tarapanoff (2002), diz que o objetivo social principal de um SI é subsidiar de modo informacional os processos realizados pelos usuários e organizações às quais se ligam.

Os sistemas de informação, possuem um “ciclo de vida”. Este pode ser determinado como um conjunto de estágios que requerem determinadas formas de gerenciamento. A respeito deste “ciclo de vida”, Rowley (2002) começa tratando das “fases básicas”, onde se faz uma análise que objetiva indicar as premissas e possibilidades de projetos de sistemas. Vencida esta etapa, tem-se a “elaboração do projeto”, que cria um sistema especificamente de acordo com as necessidades da instituição. Sequencialmente, a autora apresenta a fase de “implementação” que recai sobre a “evolução operacional”, aqui o sistema atinge sua eficácia, e é alterado à medida que surgem algumas mudanças de necessidades.

Ao passar do tempo o sistema vai se tornando cada vez menos eficaz, por motivos variados (falhas mecânicas, evoluções tecnológicas, impossibilidade de transformação para abarcar novas necessidades, etc.), chegando à fase da “deterioração” que culmina na sua última fase, a “substituição”.

O ciclo de vida, de forma simplificada significa “a vida completa de um sistema, desde a sua concepção inicial, até sua caída em desuso” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 80).



Figura 1 - O ciclo de vida de um sistema de informação



Fonte: adaptado de Rowley (2002).

Tarapanoff (2002), discorre sobre “o ciclo informacional” dos sistemas de informação. Este é composto por dois subciclos: o documentário e o produtivo, formando assim, o todo da cadeia informacional. “A cadeia informacional é a mais abrangente e engloba quatro processos básicos: produção, distribuição, aquisição e uso” (TARAPANOFF, 2002, p. 13).

O desenvolvimento de sistemas de informação, de acordo com Rowley (2002), abrange tanto os aprimoramentos desenhados no projeto, quanto a evolução conforme modificação da necessidade. Em sistemas ultrapassados, quando os conflitos de compatibilidade entre diferentes equipamentos e programas começam a surgir, podem indicar que é chegada a fase da “substituição”, onde o ciclo de vida começa novamente. Portanto, nota-se que é preciso um gerenciamento rigoroso de qualquer produto que seja destinado à informatização e que para implementação eficaz de um sistema se faz imprescindível um projeto bem delimitado, uma vez que, tais mudanças podem impactar diretamente no ritmo de trabalho da organização.

### 3.2 Informação jurídica no Direito administrativo

Informação, “do latim *informatio*, de *informare* (instruir, esboçar, dar forma), no sentido de notícia, comunicação, pesquisa ou exame, acerca de certos fatos, que se tenham verificado. Equivale a conhecimento e cognição” (SILVA, 2009, p. 741). De acordo com Silva (2009) a informação tem sua definição de acordo com o contexto em que está inserida.

No ramo do direito administrativo, que é o recorte importante para esta pesquisa, a informação jurídica pode ter sentido de “parecer”, por possuir as seguintes semelhanças: “geralmente escrito, em que o funcionário ou empregado *fala* ou *opina* a respeito de *fatos* ou

*pedidos*, prestando os esclarecimentos concernentes aos mesmos ou mostrando a procedência ou improcedência deles” (SILVA, 2009, p. 741).

Na tentativa de organizar tais informações, as classificações do direito são primordiais. “Essa concepção perdura até os dias atuais e se torna indispensável para compreender de forma didática, sobretudo, no meio acadêmico, em que vertente deve se situar determinada matéria jurídica” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 1). Esta forma de pensamento reforçou a importância de tal ordenação de ideias por meio da Classificação Decimal de Direito (CDDir). Logo, temos que “a iniciativa consolidou a prática de organização dos materiais de informação jurídica e conquistou bastante aceitabilidade entre os usuários ao permitir o agrupamento de temas específicos em direito, facilitando a classificação dos diversos termos existentes” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 2). Observa-se assim uma tendência da biblioteconomia em acompanhar a evolução da área do Direito. Pode também ser por vocação histórica, visto que Paul Otlet, considerado o pai da documentação e autor da Classificação Decimal Universal (CDU), era igualmente jurista.

Toda a estrutura do ordenamento jurídico é fundamental para pleno funcionamento da ordem pública. O presente estudo propõe um recorte da área do Direito administrativo partindo do pressuposto de que é esta vertente que regula toda atividade do Estado e que servem de embasamento para tomada de decisões no âmbito governamental do Distrito Federal. O Direito administrativo é definido como “o conjunto de normas jurídicas de direito público que disciplinam as atividades administrativas necessárias à realização dos direitos fundamentais, à organização e o funcionamento das estruturas estatais e não-estatais encarregados de seu desempenho. (JUSTEN FILHO, 2005, p. 1)”

### **3.3 Os pareceres na Administração pública**

A Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (1987), destaca que é de suma importância munir os órgãos públicos de uma estrutura informacional que esteja de acordo com a atualidade:

[...] de modo a permitir o conhecimento das características dos usuários, o acompanhamento da produção documental, o tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação de documentos e informações; a alocação de recursos financeiros, adequação dos equipamentos às tecnologias modernas e propiciar melhor capacitação, habilitação, aperfeiçoamento, aprimoramento e valorização dos recursos humanos, ensejando o acesso eficaz a serviços e produtos informacionais (CEPAD, 1987, p. 14).

É urgente que a informação seja vista e tratada como uma ferramenta coletiva, um bem comum, onde o indivíduo é nutrido de informação concisa e suficiente para atender aos interesses coletivos e individuais, como visto em CEPAD (1987). Não há que se falar de democracia “sem considerar que o reencontro de via democrática se dá através da democratização da informação” (CEPAD, 1987, p. 13).

Para se entender do assunto ora tratado, Silva (2010), aponta as fontes do direito brasileiro, que são divididas em materiais e formais, onde a primeira ajuda a fundamentar a segunda. Ou seja, é por meio das fontes materiais do direito como acontecimentos dentro da sociologia, política, costumes, etc., que o legislador fundamenta e regula as fontes formais, ou seja, as formas pelas quais o Direito se mostra (jurisprudência, doutrina, legislação, etc.).

Deste modo, temos as fontes formais legislativas superiores, que podem ser representadas por leis e as legislativas inferiores: representadas, como por exemplo, por circulares; fontes formais doutrinárias, como artigos e pareceres e; jurisprudenciais, que são as decisões já tomadas pelos tribunais.

Os pareceres, um dos objetos deste estudo, são os documentos mais utilizados e solicitados dentro da PGDF. Na tipologia documental se classifica o parecer, pela expressão majoritária dos autores dessa área, como uma fonte doutrinária, como observa Silva (2010). Por meio da doutrina e da apreciação dos atos legais, o profissional indica sua opinião, e mostra a solução para o problema ora elucidado. Atienza (1979), define que, de modo geral, o parecer é um ato de opinião escrita sobre um fato, que a depender da situação, pode ser contra ou a favor.

O parecer contém um significado especial como fonte de informação doutrinária, pois estes são mais objetivos, voltados à sua especificidade. No primeiro plano está a importância de responder rápida e claramente à questão jurídica apresentada, deixando a estrutura científica da informação em plano secundário, com base em Guimarães (1993, p. 53).

Existe uma diversidade de categorias de pareceres:

Os originários das casas legislativas, os quais manifestam a posição de um relator em relação à constitucionalidade e aspectos técnico-jurídicos da proposição que está sendo votada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. Outros tipos de pareceres são aqueles que expressam as orientações administrativas de determinado órgão governamental, por exemplo, os pareceres de orientação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. Há ainda o parecer proveniente do Ministério Público em alguns processos judiciais (SILVA, 2010, p. 93).

O parecer a ser tratado neste estudo é o Parecer Jurídico, que pode ser conhecido também como Parecer Técnico:

São manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer dispõe de natureza opinativa, ou seja, não vincula a administração à modificação, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa (ACQUAVIVA, 2011, p. 626).

Deste modo, pode-se observar que o parecer é uma das fontes de consultas mais procuradas no âmbito da PGDF, pois são solicitados a todo momento por advogados que querem saber como a Procuradoria se posiciona ou já se posicionou diante de determinada questão jurídica.

Com frequência, não é possível realizar a leitura do documento na íntegra, daí a importância de que as partes principais do documento estejam destacadas e acessíveis no momento da leitura técnica para uma recuperação eficaz da informação desejada. Vale salientar que não existe uma estrutura descritiva obrigatória para o parecer, mas em sua maioria o Parecer Jurídico se estrutura da seguinte forma: Parecer nº x; Nome do solicitante; Assunto; Ementa; Sumário; Relatório; Fundamentação e conclusão.

### **3.4 Bases de dados jurídicas**

As fontes de informações jurídicas podem ser classificadas de acordo com sua frequência de utilização por escritórios jurídicos, de acordo com Bittar (2002). São consideradas “fontes imediatas jurídico-formais de pesquisa”. Nesse sentido, Rezende (2000), afirma que vários procedimentos foram realizados para melhoria do acesso a essas fontes, desde a disponibilidade de cederrom ou sites jurídicos, com ênfase no que concerne o âmbito governamental, visando a transparência no serviço público.

A impressão em papel no meio jurídico não consegue acompanhar o ritmo acelerado de atualização informacional, seja em termos de jurisprudência; legislação ou; doutrina, de modo que estas publicações sofrem mudanças a todo momento e se tornam desatualizadas rapidamente. E além disso, o grande volume de informação jurídica, é um dos fatores que dificultam o trabalho do usuário. Deste modo, as formas habituais de atualização das informações jurídicas se tornaram totalmente ineficazes para atendimento dos profissionais desta área, conforme Barros (2004, p. 201).

Barros (2004), afirma que o grande avanço tecnológico proporcionou o surgimento de diferentes meios de armazenamento da informação. Ao juntar isto à internet, a difusão da informação jurídica pôde dispor de vários instrumentos de pesquisa, possibilitando que a mesma chegasse a seus usuários com facilidade ao disponibilizar variadas fontes do conhecimento. O alcance a ferramentas adequadas no recolhimento de dados para averiguar ou

direcionar os assuntos de cunho técnico-científicos é imprescindível para o jurista. Estas ferramentas são primordiais e possibilitam a distribuição da informação necessária para desempenho de suas respectivas atividades dentro do ramo do direito.

O crescimento das informações jurídicas em meio eletrônico (CD's, bases de dados, internet) nos dias atuais ganhou tanto destaque que exige “redimensionamentos do espaço e novas formas de tratamento, busca e disseminação destes materiais, assim como sempre foi dado aos impressos” (MARCHIORI, 1997, p. 1).

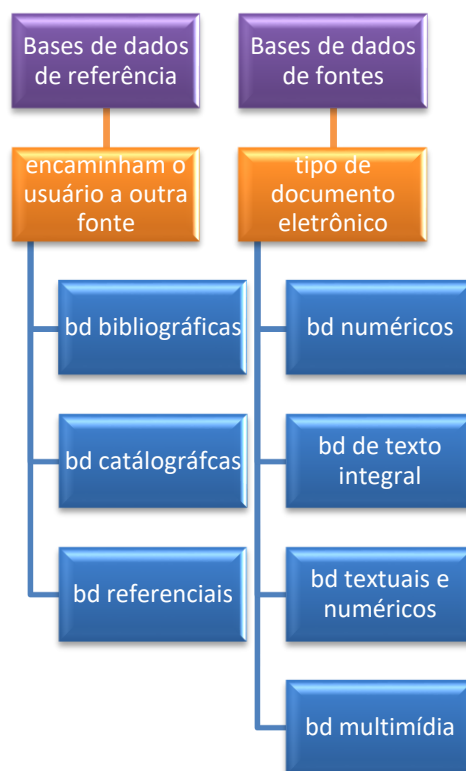
A despeito desta “busca e disseminação”, as bases de dados são entendidas como uma categoria dos sistemas de informação. “Sistema on line de recuperação da informação ou como denominado hoje de banco de dados, é aquele que permite interrogar, diretamente, as bases de dados armazenadas nas memórias de seus computadores” (LOPES, 1985, p. 55 apud BARROS, 2004, p. 209)

A biblioteca de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), disponibiliza em seu portal virtual o link para as bases de dados jurídicas que considera como as principais para as fontes do direito: Dialnet; Gabinete de Documentação e Direito Comparado; International Criminal Court Legal Tools Database; Jusnavigandi; LexML; SICON e PERSEE. Todas as bases de dados citadas acima, possuem um objetivo em comum: a disseminação da informação.

Barros (2004), refere-se ao Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), criada em 1972; sistema voltado para área das informações jurídicas que contém legislação; doutrina e; jurisprudência, como um dos sistemas mais importantes nacionalmente. O SICON possui armazenamento tanto em bases de dados quanto em CD-ROM, porém, para o presente estudo, faremos o recorte em cima desta primeira, denominada segundo Lopes (1991), “bases de dados em linha”, ou seja, aquelas acessadas por meio da *internet*.

Quanto ao seu tipo, as bases de dados possuem dois, sendo elas:

Figura 2 - Tipos de bases de dados



Fonte: adaptado de Rowley, (2002, p. 109-110).

A base de “Pesquisa de pareceres” da PGDF, que é a base de dados tratada nesta pesquisa é a base de dados de fontes, na qual, o usuário, ao realizar uma busca eficiente, possui em suas mãos toda informação que buscara, sem ser necessário o direcionamento para outra fonte, Rowley (2002). Este tipo de base de dados possui a informação primária, o dado completo, logo, não remete o usuário a lugar algum, afirma Barros (2004).

### 3.5 Recuperação da informação em bases de dados

A recuperação da informação pode ser definida pelos seguintes processos:

Figura 3 - Processos de recuperação da informação



Fonte: adaptado de Rowley (2002).

#### ▪ A indexação

Rowley (2002), define que a indexação, é a primeira etapa da recuperação da informação. Nesta se determina “termos ou códigos” a um documento. Os termos ou códigos

empregados a determinado registro servirão para sua posterior recuperação. Este processo pode ser feito de forma intelectual, isto é, por seres humanos, ou automatizado, por uma máquina.

Neste estudo, é importante também destacar o disposto na literatura de Lancaster (2004), que trata as duas vertentes contidas dentro da indexação. De um lado, temos a indexação de assuntos e a redação de resumos. Estas atividades estão diretamente ligadas, uma vez que, culminam na “representação do conteúdo temático do documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.193).

O resumo pode ser observado como uma lista de termos. O autor simplifica da seguinte forma: “os termos atribuídos pelo indexador servem como pontos de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado, durante uma busca por assunto num índice publicado ou numa base de dados eletrônica” (LANCASTER, 2004, p. 2)

#### ▪ **O armazenamento:**

O armazenamento, como destaca Rowley (2002), consiste nos próprios sistemas de informação, que usam a própria máquina para manter tanto os arquivos de documentos, quanto os arquivos de índices e também para gerenciar as bases de dados. Para maior compreensão, Robredo (2005, p. 178), afirma que “na organização e arquitetura dos dados, informações e conhecimentos nos grandes ‘galpões’ ou ‘armazéns de dados’ (*data warehouses*) sempre existe algum tipo de classificação”. Estas classificações possibilitam a separação da “representação lógica dos dados”, do modo que são dispostos fisicamente na máquina. Este “armazém galpão de dados” é uma reunião de dados, organizados por assunto, incorporados, constantes e “historizados”, estruturados para fundamentar e apoiar a tomada de decisão, tornando o armazenamento um dos princípios que fundamentam os sistemas de buscas, conforme visto em Robredo (2005).

#### ▪ **A recuperação**

Definidas as duas etapas ora tratadas, pode-se observar o ponto crucial, de acordo com Rowley (2002): a recuperação. A eficácia desta fase está intimamente ligada às duas fases/etapas anteriores, uma vez que estas:

[...] determinam, em grande medida, a estratégia melhor possível para as buscas feitas num sistema de recuperação da informação. Outro fator, porém, que influi no processo de recuperação permanece constante, independentemente do projeto do sistema. O usuário e as consultas feitas em geral não sofrem alterações de um sistema para outro. **As necessidades do**

**usuário não se alteram devido à existência de determinados sistemas**, ainda que possam tornar-se mais elaboradas à medida que ele adquirir mais experiência com esses sistemas (ROWLEY, 2002, p. 162, grifo nosso).

Para entender, de fato, o que compreende a etapa da recuperação da informação, as definições dos conceitos destacados abaixo precisam ser exploradas.

#### **a) linguagens de indexação**

##### **▪ Linguagem Livre**

Conforme Cunha e Cavalcanti (2008), a linguagem livre ou indexação livre é aquela na qual o indexador decide, de acordo com seu entendimento, quais os termos que representam o conteúdo temático daquele registro, mesmo que estes sejam ou não advindos do documento em questão ou de algum vocabulário controlado. Rowley (2002), afirma que a linguagem natural é assim dita por representar a ausência de obstáculos para representar o conteúdo de um documento. A linguagem livre se diferencia da natural, uma vez que, a representação feita pela LL não precisa ser por termos advindos do documento, enquanto a LN sim.

##### **▪ Linguagem Natural**

A linguagem natural, com base em Lopes (2002), é a “linguagem do discurso técnico-científico”. Ao analisar esta definição no prisma da recuperação da informação, tem-se que “a expressão normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando-se como seu sinônimo<sup>1</sup> a expressão ‘texto livre’” (LANCASTER, 1993, p. 200).

Geralmente, nas bases de dados, os campos “título” e “resumo” são compostos por LN. De acordo com Lopes (2002), tem-se que as buscas feitas em bases de dados que utilizam LN são mais fáceis que as em buscas por meio de linguagem controlada (LC), ou também denominada de vocabulário controlado, que será visto a seguir. Embora os sistemas de recuperação que utilizam a LN sejam mais bem vistos em termos de recuperação, pois trazem um alto índice de revocação, e dentre outras qualidades, possui uma linguagem com a qual o usuário está mais acostumado, a LN apresenta algumas desvantagens também, como a negativa da recuperação com relação à combinação dos termos e sua variedade de sinônimos.

##### **▪ Linguagem controlada**

A linguagem controlada ou vocabulário controlado pode ser estabelecido como “um conjunto de termos organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, com o objetivo de

---

<sup>1</sup> Diferenciação entre “sinônimo e sinonímia”: sinônimo é “termo que tem com outro uma semelhança de significação que permite que um seja escolhido pelo outro em alguns contextos”; sinonímia: “relação que se estabelece entre dois ou mais termos sinônimos (...), recurso normalizador (...), permite compatibilizar a linguagem do usuário com a linguagem do sistema”. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 339-340)



possibilitar a recuperação de informações temáticas, reduzindo substancialmente a diversidade de terminologia” (LOPES, 2002, p. 47).

São também conhecidos como linguagens documentárias ou linguagens controladas. Uma base de dados que utilize um vocabulário controlado possibilita, ao intermediário no planejamento da estratégia de busca, a recuperação, no campo específico de descritor, apenas daquelas palavras-chave listadas nos thesaurus e/ou vocabulário controlado da base de dados (LOPES, 2002, p. 47).

O uso eficaz deste tipo de linguagem reduz o problema de comunicação entre indexador e usuário ao controlar completamente o vocabulário de indexação, dentre outros benefícios a LC também diminui o tempo de pesquisa na base, uma vez que, a estratégia de busca será melhor construída por meio do uso de *thesaurus*<sup>2</sup>, com base em Lopes (2002).

Para melhor sintetizar as vantagens e desvantagens da LN e da LC, Lopes (2002) desenvolveu a figura a seguir:

Figura 4 - Vantagens e desvantagens da LC e LN

<u>Linguagem controlada/Vocabulário controlado</u>		<u>Linguagem natural</u>	
VANTAGENS	DESVANTAGENS	VANTAGENS	DESVANTAGENS
1. Controle total do vocabulário de indexação, minimizando os problemas de comunicação entre indexadores e usuários.	Custos: a produção e manutenção da base de dados terá despesas maiores com a equipe de indexadores. Será necessário ainda manter pessoal especializado na atualização do <i>thesaurus</i> .	1. Permite o imediato registro da informação em uma base de dados, sem necessidade de consulta a uma linguagem de controle.	Os usuários da informação, no processo de busca, precisam fazer um esforço intelectual maior para identificar os sinônimos, as grafias alternativas, os homônimos etc.
2. Com o uso de um <i>thesaurus</i> e suas respectivas notas de escopo, os indexadores podem assinalar mais corretamente os conceitos dos documentos.	O vocabulário controlado poderá não refletir adequadamente os objetivos do produtor da base, caso esteja desatualizado.	2. Processo de busca é facilitado com a ausência de treinamentos específicos no uso de uma linguagem de controle.	Haverá alta incidência de respostas negativas ou de relações incorretas entre os termos usados na busca (por ausência de padronização).
3. Se bem constituído, o vocabulário controlado poderá oferecer alta recuperação e relevância e, também, ampliar a confiança do usuário diante de um possível resultado negativo.	Um vocabulário controlado poderá se distanciar dos conceitos adequados para a representação das necessidades de informação dos usuários.	3. Termos de entrada de dados são extraídos diretamente dos documentos que vão constituir a base de dados.	Custos de acesso tendem a aumentar com a entrada de termos de busca aleatórios.
4. As relações hierárquicas e as remissivas do vocabulário controlado auxiliam tanto o indexador, quanto o usuário na identificação de conceitos relacionados.	Necessidade de treinamento no uso dos vocabulários controlados tanto para os intermediários, quanto para os usuários finais.	4. Temas específicos citados nos documentos podem ser encontrados.	Uma estratégia de busca que arrole todos os principais conceitos e seus sinônimos deve ser elaborada para cada base de dados (ex: nomes comerciais de substâncias químicas não ocorrem no Chemical Abstracts).
5. Redução no tempo de consulta à base, pois a estratégia de busca será mais bem elaborada com o uso do <i>thesaurus</i> .	Desatualização do vocabulário controlado poderá conduzir a falsos resultados.	5. Elimina os conflitos de comunicação entre os indexadores e os usuários, pois ambos terão acesso aos mesmos termos.	Perda de confiança do usuário em uma possível resposta negativa.

Fonte: Lopes (2002, p. 47-48).

<sup>2</sup> “Vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um campo de conhecimento” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 362).

### 3.5.1 Estratégias de busca na recuperação da informação

A responsabilidade do profissional em um mundo globalizado que frequentemente vem sofrendo mudanças rápidas dentro do ambiente tecnológico faz com que as pesquisas digitais sejam a fonte primordial para a busca da informação, seja no desenvolvimento e criação do conhecimento, seja na tomada de decisão.

Vicentini e Mileck (2000), trazem a visão de que com o desenvolvimento das tecnologias informacionais e o advento da internet, é necessário que os profissionais estejam amplamente antenados e capacitados para se tornarem autossuficientes acerca do uso das tecnologias da informação disponíveis, bem como estar preparados para lidar com trabalhos em equipes de caráter multidisciplinar, tanto quanto é multidisciplinar a Internet.

Zafalon (2004), trata de funções voltadas para o profissional, em que ao ter contato com a web, ele deve estar preparado para gerenciar arquivos digitais, os quais envolvem planejamento, análise, *design*, construção, armazenamento e segurança; ele também deve estar preparado para coordenar e integrar base de dados que por sua vez promove iniciativas sobre a informação digital em instituições/empresas, com foco em atender a demanda de seus usuários, assim como acompanhar, gerenciar e coordenar atividades de automação em unidades de informação, seja em ambiente físico ou digital, para que ao lidar com repositórios informacionais, ele esteja apto a buscar a informação necessária para otimização das atividades desempenhadas no seu cotidiano.

Galvão (2010), trata a respeito de estratégias de busca em base de dados, onde destaca os formulários avançados de pesquisa, onde é possível a pesquisa por determinados campos como título, resumo, assunto, data de publicação, etc.,

No entanto, dar foco na seleção de termos adequados para montar uma estratégia de busca pelo campo assunto, presente no formulário de busca avançada, requer que tenha um conhecimento mais avançado a respeito dos localizadores de busca, assim como se dá o processo de indexação das obras inseridas naquela base de dados.

A estratégia de busca se torna muito útil, quando não existe nenhum conhecimento a respeito dos autores de determinada área ou tema, e quando o usuário não tem a menor ideia de títulos relacionados a estes documentos que se deseja encontrar, ela será o instrumento de extrema eficácia no que diz respeito à precisão da busca. Fazer uma busca em uma base de dados é como explorar um universo desconhecido, pois o seu campo “assunto”, carrega muito conhecimento, que para afirmar que um determinado documento aborda o assunto procurado, este documento foi lido, analisado e classificado por um profissional da informação, o que

significa dizer que por trás de uma grande base de dados, há diversos profissionais lendo e analisando as informações contidas em um documento, no intuito de poupar o tempo de busca e pesquisa do usuário, conforme diz Galvão (2010).

As estratégias de buscas que são empregadas de maneira eficiente e que geram bons resultados têm de estar voltadas às buscas baseadas nos assuntos dos documentos, as quais se dão por meio da consulta de terminologias especializadas ou mesmo a tesouros existentes, vocabulários controlados disponíveis nas bases de dados com padrão de qualidade elevada, onde as consultas realizadas têm o foco de traduzir o tema que o pesquisador necessita, dentro dos termos delimitados e dos conceitos padronizados, os quais são adotados pela base de dados, no intuito de organizar e padronizar a busca eficiente do conteúdo contido nela, conforme Galvão (2010).

#### **3.5.1.1 O usuário e as dificuldades de recuperação da informação em bases de dados**

Galvão (2010), trata da veracidade e confiabilidade em se buscar a informação em determinado local disponível na web. Sua origem deve ter respaldo para que no momento em que o pesquisador realizar sua busca, ele possa ter acesso a um conteúdo informacional confiável, com consistência e valor. A autora trata também da facilidade que o acesso remoto trás na busca da informação, seja na realização de um levantamento bibliográfico, seja na organização da informação, o que requer metodologias adequadas na sua busca. Metodologias estas que causam uma certa dificuldade, uma vez que, o uso de operadores lógicos é de extrema importância, pois eles irão buscar a informação desejada, no entanto, se o uso destes operadores (operadores booleanos, etc.) não for realizado da maneira adequada, mesmo que o conteúdo esteja disponível nas bases de dados ou mesmo na web, o usuário não encontrará o assunto que necessita.

O maior problema na recuperação da informação em sistemas de informações é a seleção de quais são os documentos relevantes e quais os descartáveis. Conforme literatura, “essa escolha, em sistemas automatizados, é executada por algum tipo de algoritmo que, baseado em heurísticas previamente definidas, decide quais são os documentos relevantes a serem recuperados e os ordena a partir dos critérios estabelecidos” (BAEZA-YATES; RIBEIRO-NETO, 1999 apud SOUZA, 2006).

Souza (2006), afirma que em casos de indexação feita por seres humanos (manualmente), incumbe a estes encontrar as palavras que sirvam de “termos-índices” que serão utilizados durante a pesquisa (queries<sup>3</sup>).

Em um sistema de recuperação da informação existe, geralmente, uma interface gráfica na qual:

O usuário traduz sua necessidade de informações em forma de questões ou palavras-chave, ou mesmo examina os documentos na busca de informações pertinentes. Essas ações são consideradas como papel do usuário. Os dois modos de buscar informações são classificados em modelos de recuperação e modelos de navegação. Nestes últimos, o usuário não propõe uma questão (query) ou necessidade de informação ao sistema. Em vez disso navega através dos documentos – que não foram necessariamente indexados previamente – buscando informações de interesse. (SOUZA, 2006, p. 165).

Existem dois tipos de modelos de recuperação da informação: os modelos clássicos e os estruturados. No primeiro, o documento é descrito por um arranjo de palavras-chave ou “termos de indexação”. No segundo, “podem-se especificar, além das palavras-chave, algumas informações acerca da estrutura do texto (como seções a serem pesquisadas, fontes de letras, proximidade das palavras, entre outras informações.) (SOUZA, 2006, p. 166)”. Neste estudo, pretende-se destacar o modelo Booleano, que é utilizado pela base de “Pesquisa de pareceres”, um dos principais modelos clássicos.

- Modelo Booleano

Ferneda (2003), define que no modelo Booleano (operadores lógicos booleanos) a busca é realizada por meio dos operadores lógicos and; or; not. Em português, o “E”, do operador booleano serve como interseção entre dois ou mais termos. De modo que se o usuário pesquisa pelos termos A e B, ambos devem estar contidos no documento para que este apareça no resultado da busca, este operador possibilita uma maior precisão<sup>4</sup> e menor revocação<sup>5</sup>. O operador “OU” partilha do mesmo sentido, de modo que na hora da busca, aparecerão os documentos que contenham o termo A ou o termo B. Porém, isto implica uma maior revocação e menor precisão. O operador “NÃO” consiste em excluir da busca todos aqueles documentos que contenham B. Por exemplo, ao buscar por A não B, só aparecerão os resultados que contenham A e excluam B, com base em Souza (2006). A figura abaixo elucida os operadores:

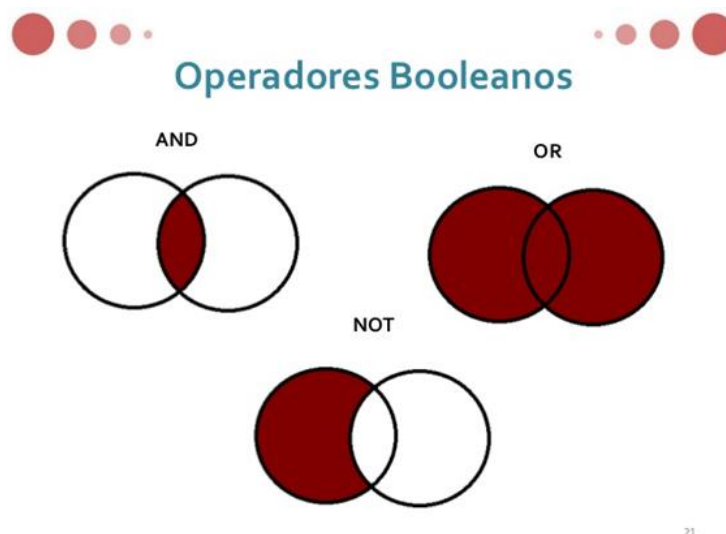
---

<sup>3</sup> Argumentos de entrada (SOUZA, 2006).

<sup>4</sup> A precisão mede o sucesso do SRI em não recuperar documentos que não sejam relevantes de acordo com a necessidade de informação (SOUZA, 2006).

<sup>5</sup> A revocação, ou recall ou mesmo abrangência, é a razão do número de documentos atinentes recuperados sobre o total de documentos atinentes disponíveis na base de dados (SOUZA, 2006).

Figura 5 - Operadores Booleanos



Fonte: UFRGS, 2017.

Existem algumas bases que aceitam também operadores não booleanos, (os meta-sintáticos) como os de proximidade. Estes trabalham com as expressões variadas como MESMO (procura os termos informados em qualquer ordem ou distância, desde que estejam no mesmo campo de busca), COM (recupera os termos informados no mesmo parágrafo, desconsiderando ordem ou distância), PROX(n) (para localizar termos próximos, em qualquer ordem, onde “n” significa a distância máxima entre os termos pesquisados) e ADJ (n) (busca por termos adjacentes que limita a distância entre um termo e outro e recupera exatamente na ordem em que foram digitados), de acordo com as instruções dispostas nas “Perguntas frequentes” do Portal do Superior Tribunal de Justiça (2018). O truncamento é outro método interessante de pesquisa que se representa, geralmente, pelo asterisco (\*). Neste, pode-se pesquisar por parte da palavra: início, meio ou fim. Mas o mais comum é o truncamento a partir do radical. Logo, o resultado da busca trará as variações da palavra selecionada. Como exemplo, tem-se: “administra\* que tem com resultado as variações: administrativo, administração, administrar” (ASSIS, 2010, p. 38).

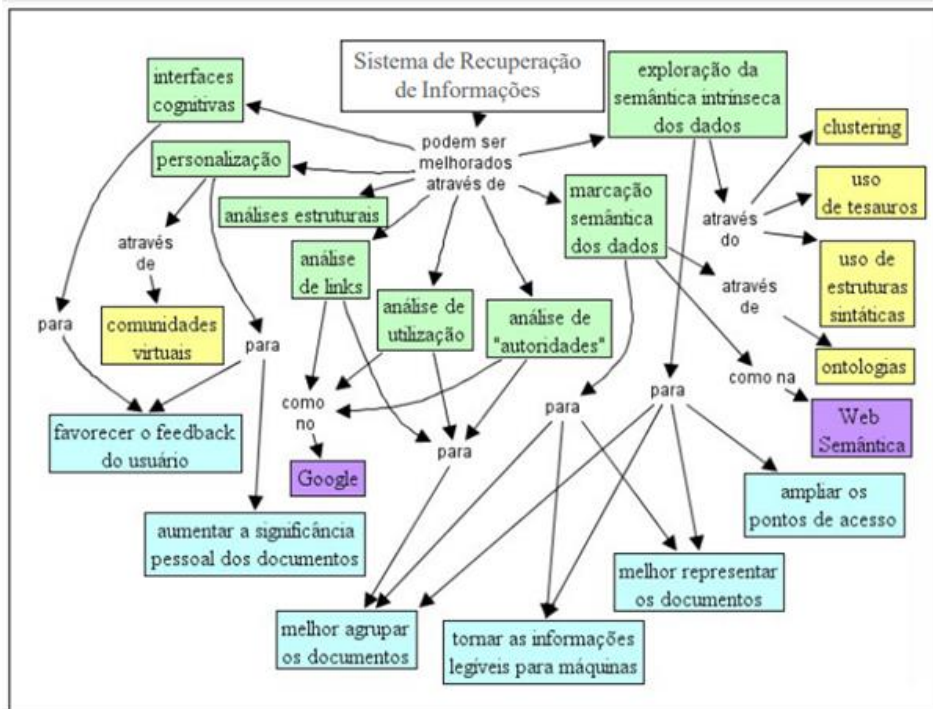
Assis (2010) também fala das aspas (“”), outro tipo de operador não booleano. Estas são utilizadas para um resultado com alto índice de precisão, uma vez que buscam a expressão exata e na ordem definida.

Estes modelos são uma pequena porção do que é pesquisado na busca da melhoria dos sistemas de recuperação da informação, e que não são passíveis de enumeração neste estudo. Estas novas formas de busca tentam ultrapassar uma possível fadiga no que concerne às estratégias tradicionais e “entende-se que a melhoria da eficácia do serviço aos usuários dos

sistemas depende de esforços em diversas linhas de pesquisa, em todo o espectro da cadeia de processos de organização da informação” (SOUZA, 2006, p. 168).

A figura abaixo sintetiza de forma esclarecedora o pensamento, ora referido, sobre esta questão:

Figura 6 - Estratégias alternativas para melhoria dos SRIs



Fonte: Souza, 2006.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base de dados “Pesquisa de pareceres” <<http://parecer.pg.df.gov.br>>, lançada em novembro de 2011, representou um avanço na disponibilização e consulta dos pareceres jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF). Por meio da página, é possível ter acesso imediato ao registro de milhares de pareceres disponíveis na íntegra (57.431 documentos em agosto/2018), elaborados pelos procuradores entre 1981 a 2018 e que apresenta o entendimento da PGDF acerca dos temas tratados.

Passados 7 anos de seu lançamento na internet, verificou-se a necessidade da realização de um estudo com o objetivo de avaliar o sistema acerca dos critérios previamente definidos: a pesquisa, a recuperação da informação e a interface gráfica. Para isso, realizou-se um estudo de natureza qualitativa servindo-se da aplicação de um questionário semiaberto. O público alvo

constituiu-se da totalidade dos procuradores e assessores do órgão, que nesta ocasião tiveram também a oportunidade de sugerir melhorias e realizar apontamentos sobre a ferramenta.

Para dar realização a este estudo de caso, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a aplicação de questionário, o qual é um instrumento constituído por uma série ordenada de perguntas, as quais podem ser abertas ou fechadas, e que devem ser respondidas por escrito pelo informante, e que no caso da presente pesquisa, foi respondida por *email*, sem a presença do pesquisador.

O questionário tem como objetivo levantar as opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, experiências vivenciadas, e até mesmo crenças, onde a linguagem utilizada deve ser direta e simples, no intuito de deixar claro e bem compreendido o que está sendo perguntado para o entrevistado.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a ferramenta “Google Docs”, que viabilizou o envio, o preenchimento e a devolução do questionário de forma *online*, facilitando a tabulação e análise dos resultados.

A partir deste universo, 54 questionários foram aplicados, contendo 9 perguntas fechadas e 1 aberta, de 24 de novembro a 04 de dezembro de 2017, sendo que foram obtidas 16 respostas, perfazendo um total de 29% de índice de retorno.

## **5 O SISTEMA DE BUSCAS DA BASE DE DADOS “PESQUISA DE PARECERES” DA PGDF**

### **5.1 Breve histórico**

Em entrevista com Oelison Sousa de Farias, chefe da Unidade de Tecnologia da Informação da PGDF foi possível obter mais informações sobre o histórico da criação da base de “Pesquisa de pareceres”. Segundo Farias, o desenvolvimento deste sistema foi motivado pela necessidade de se ampliar o acesso ao acervo desses pareceres primeiramente para esta Casa Jurídica (procuradores, assessores e núcleos) e em seguida para o público externo (estudantes de direito, órgãos públicos e sociedade em geral) por meio de um Sistema Informatizado. Outrora, a consulta aos pareceres deveria ser requerida ao Centro de Estudos que realizava esta pesquisa através de consulta a um catálogo de fichas em papel nas quais se registravam os dados do parecer (número, data, parecerista e ementa). O interessado era informado sobre quais pareceres atendiam ao critério que ele havia definido para a pesquisa e recebia cópias

xerografadas do inteiro teor (íntegra) dos pareceres. Esses pareceres eram mantidos em volumes encadernados na Biblioteca Jurídica da PGDF.

Farias também afirma que a implantação do sistema seguiu as cinco etapas do ciclo de vida, descritas a seguir: concepção – nesta fase o esforço foi concentrado na compreensão da necessidade dos usuários do sistema. Iniciou-se aqui o planejamento do projeto através da análise da viabilidade e riscos do projeto, do levantamento dos requisitos funcionais e não funcionais, regras de negócios, casos de uso e definição dos recursos necessários à execução do projeto (equipe, ambiente de rede, máquinas, etc); desenvolvimento – aqui realizou-se a especificação detalhada do sistema, a modelagem de dados, design de interface, prototipagem, arquitetura e codificação. É importante destacar que não houve migração de dados; teste – nesta fase foram realizados os primeiros testes em ambiente de desenvolvimento para avaliação da conformidade entre as funcionalidades do sistema e os requisitos iniciais; homologação – foi disponibilizada a versão funcional preliminar para a validação pelos usuários. Foram feitas correções e ajustes identificados pelos usuários e outros requisitos foram acrescentados aos iniciais; produção – após ter sido atestado pelo gestor do sistema que todos os requisitos do sistema haviam sido atendidos, foi então disponibilizada a versão estável do sistema para o ambiente de produção.

## 5.2 A estrutura da base de dados de “Pesquisa de pareceres”

A base de “Pesquisa de pareceres” da PGDF é composta pelos seguintes campos de busca:

Quadro 1 - Campos de busca disponíveis na “Pesquisa de pareceres”

<b>Campos</b>	<b>Descrição</b>
Assunto	Pesquisa no campo “Assunto” dos pareceres. Aceita linguagem natural, sem uso de operadores lógicos.
Autor	Possui uma lista de termos com os nomes de todos os autores de pareceres da PGDF.
Complemento	Apresenta informações adicionais sobre o Parecer, como, por exemplo, anotação de erro material, Minuta-Padrão, apresentação de aditamento, entre outros. Este campo aceita a pesquisa em linguagem natural sem uso dos operadores lógicos.
Ementa	Pesquisa no campo “Ementa” dos pareceres. Aceita linguagem natural, com a utilização dos operadores lógicos.



Ementa Proc. Chefe	Aceita linguagem natural, sem o uso dos operadores lógicos.
Ementa Proc. Geral	Aceita linguagem natural, sem o uso dos operadores lógicos.
Ementa Governador	Aceita linguagem natural, sem o uso dos operadores lógicos.
Especializada	Lista de termos com as unidades especializadas responsáveis pela elaboração do parecer.
Interessado	Aceita linguagem natural como palavras-chave que descrevem o nome ou a sigla do órgão que formulou a consulta, sem o uso de operadores lógicos.
Legislação	Este campo apresenta os projetos de lei que foram analisados pela PGDF e convertidos em lei, indicando a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal. O uso de ponto para separar os numerais altera o resultado de pesquisa, por isso, a busca deve ser feita das duas formas.
Número e ano do Parecer	Este campo aceita apenas números. Sem utilização de barra ou ponto. Os quatro dígitos do ano devem ser digitados.
Processo	Campo para inserir apenas número do processo, sem uso de barra ou pontos.
Número Sei	Campo para inserir o número do parecer que foi criado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
Ano do Parecer entre	Este campo apresenta todos os pareceres apreciados em um determinado intervalo de ano. É importante inserir os quatro dígitos do ano. Apenas números.
Despacho do Proc. Geral	Lista de termos para localização os pareceres conforme o tipo do despacho final atribuído pelo Gabinete do Procurador-Geral.
Aprovado pelo Proc. Geral entre	Este campo apresenta os pareceres apreciados pelo Gabinete do Procurador-Geral em um determinado período. A data refere-se ao despacho da última cota do parecer.
Tipos de Pareceres (normativos, conjuntos e precatórios)	Este campo apresenta os pareceres normativos, conjuntos e precatórios elaborados pela PGDF. A opção “1. normativos” apresenta os pareceres que possuem eficácia normativa atribuída pelo Governador do Distrito Federal. A opção “2. conjuntos” apresenta os opinativos que foram apreciados por duas Especializadas ou analisado por mais de um procurador. A opção “3. precatórios” apresenta os pareceres de precatórios analisados pela PGDF.

Fonte: adaptado de Silva e Moraes (2016).

### 5.3 A “Pesquisa de parecer” e seu arranjo

Com base em Guimarães e Évora (2004), tem-se que sistema é um agrupamento de objetos que se relacionam entre si e o ambiente para alcançar objetivos, de modo que a organização entre os elementos/objetos não ocorra de modo aleatório. Conforme Rezende e Abreu (2003), o arranjo atual dos sistemas vai além do antigo, composto apenas por entrada; processamento e saída. Os sistemas modernos são constituídos essencialmente por:

Figura 7 - Sistemas modernos de buscas



Fonte: adaptado de Rezende e Abreu (2003).

No contexto da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a base de dados de “Pesquisa de pareceres” caminha com o objetivo geral da procuradoria, ou seja, atender à demanda de seus usuários no que concerne o GDF. Como objetos de entrada, inerente a este estudo, podemos citar os pareceres jurídicos emitidos pela PGDF, a necessidade de informação, o sistema de informação, tempo, estratégias de busca, etc. Quanto às transformações, é neste processo que o material de entrada se torna o material de saída, uma vez que os componentes interagem entre si, para produzir um resultado que esteja de acordo com a necessidade do usuário.

As saídas, são produtos, no caso, os pareceres, resultados dos processos de transformação, saídas estas que devem estar em conformidade com os objetivos do sistema. O feedback, que o sistema da PGDF não possui, pode ser conceituado como indicador de qualidade dos mecanismos de entrada, e servir de embasamento para uma posterior alteração ou mudança no sistema para que este esteja sempre de acordo com os objetivos da instituição, com base em Rezende e Abreu (2003).

## 6 MAPEAMENTO DOS SISTEMAS DE PESQUISA DAS PROCURADORIAS GERAIS DO BRASIL

Atualmente, na base de Pesquisa de pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, existem cerca 57 mil registros de pareceres cadastrados. Os pareceres da PGDF são requisitados todas as vezes em que um gestor público necessita de orientação jurídica para tomada de decisão diante de qualquer cenário que aconteça no âmbito governamental, como visto em Silva e Moraes (2016).

Como orienta Ferreira (1997), para um trabalho eficaz, a busca por serviços que utilizam os meios adequados, para que ocorra maior interatividade entre a base e o usuário, ou seja, a participação tanto na produção de material que alimente a plataforma, quanto na utilização da mesma, se mostra cada vez mais necessário.

Estudar o usuário em seu âmbito comportamental é primordial para que o produto final atenda àquela comunidade específica, tanto personalizando o material de pesquisa, quanto a ferramenta de pesquisa de acordo com a necessidade identificada, como versa Ferreira (1997).

Dos vinte e sete (27) Estados brasileiros incluindo o Distrito Federal, quatorze (14) deles trabalham com pareceres em meio digital, e apenas três desses (3) dispõem de bases de dados para pesquisa desses atos, enquanto outros onze (11) utilizam o próprio site institucional para disponibilização dos pareceres em arquivos no formato PDF. E em treze (13) desses endereços eletrônicos não foi possível realizar a localização de pareceres nem em formato PDF, nem de uma base de dados específica para sua pesquisa, conforme demonstra tabela abaixo:

**Tabela 1** - Existência de sistemas de gestão de pareceres nas Procuradorias Gerais dos Estados

<b>PROCURADORIA-GERAL ESTADUAL</b>	<b>PARECERES LOCALIZADOS NO SITE INSTITUCIONAL</b>	<b>POSSUI BASE DE DADOS DE PESQUISA DE PARECERES</b>
<b>1. ACRE</b>	SIM	NÃO
<b>2. ALAGOAS</b>	SIM	NÃO
<b>3. AMAPÁ</b>	NÃO	NÃO
<b>4. AMAZONAS</b>	NÃO	NÃO
<b>5. BAHIA</b>	NÃO	NÃO
<b>6. CEARÁ</b>	SIM	NÃO
<b>7. DISTRITO FEDERAL</b>	SIM	SIM

<b>8. ESPÍRITO SANTO</b>	NÃO	NÃO
<b>9. GOIÁS</b>	NÃO	NÃO
<b>10. MARANHÃO</b>	NÃO	NÃO
<b>11. MATO GROSSO</b>	SIM	NÃO
<b>12. MATO GROSSO DO SUL</b>	SIM	NÃO
<b>13. MINAS GERAIS</b>	SIM	NÃO
<b>14. PARÁ</b>	NÃO	NÃO
<b>15. PARAÍBA</b>	NÃO	NÃO
<b>16. PARANÁ</b>	SIM	NÃO
<b>17. PERNAMBUCO</b>	NÃO	NÃO
<b>18. PIAUÍ</b>	NÃO	NÃO
<b>19. RIO DE JANEIRO</b>	SIM	NÃO
<b>20. RIO GRANDE DO NORTE</b>	SIM	NÃO
<b>21. RIO GRANDE DO SUL</b>	SIM	SIM
<b>22. RONDÔNIA</b>	NÃO	NÃO
<b>23. RORAIMA</b>	NÃO	NÃO
<b>24. SANTA CATARINA</b>	NÃO	NÃO
<b>25. SÃO PAULO</b>	SIM	NÃO
<b>26. SERGIPE</b>	SIM	SIM
<b>27. TOCANTINS</b>	SIM	NÃO
<b>TOTAL “SIM”</b>	<b>14</b>	<b>3</b>
<b>TOTAL “NÃO”</b>	<b>13</b>	<b>24</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nas Procuradorias Gerais do Brasil

Abaixo estão listados os diferenciais encontrados em cada uma das bases de Pesquisa de pareceres das procuradorias que possuem seu próprio sistema de pesquisa:

**Tabela 2** - Funcionalidades de pesquisa disponíveis nas bases de dados de Pareceres das Procuradorias de todo o país.

<b>Procuradoria-Geral</b>	<b>Pesquisa livre</b>	<b>Operadores booleanos e outros</b>	<b>Pesquisa no inteiro teor</b>	<b>Manual</b>	<b>Vocabulário controlado</b>
<b>Distrito Federal</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Rio Grande do Sul</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Sergipe</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
<b>Total “Sim”</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Total “Não”</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nas Procuradorias-Gerais do Brasil

Neste mapeamento dos sistemas de bases de dados para Pesquisa de pareceres das Procuradorias-Gerais brasileiras, identificam-se as funções de recuperação da informação

disponíveis atualmente nas unidades estatais e mostra comparativamente como se encontra a base de Pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

A interface gráfica do sistema online oferece uma explicação dos recursos de recuperação disponíveis para o usuário (ver figura 4).

Figura 8 - Sistema da base de dados “Pesquisa de pareceres” da PGDF

The screenshot shows the search interface for the PGDF database. It includes a search criteria section with fields for 'Nº e Ano do Parecer', 'Processo', 'Interessado', 'Especializada', 'Autor', 'Assunto', 'Ementa', 'Ementa Proc. Geral', 'Ementa Governador', 'Legislação', 'Número Sei', and 'Ano do Parecer'. There are also fields for 'Despacho do Proc. Geral' and 'Aprovado pelo Proc. Geral'. A search button and a 'Limpar Campos' button are present. A dropdown menu for 'Selecione o tipo de Parecer' is open, showing options for '1. Normativos', '2. Conjuntos', and '3. Precatórios'. A table of search operators is also visible, with columns for 'Conectivos', 'Uso', and 'Exemplo'.

Conectivos	Uso	Exemplo
e	Localizar as palavras digitadas	Administrativo e constitucional
ou	Localizar um ou outro termo.	Administrativo ou constitucional
e não	Exclui o argumento procurado A expressão não pode vir no início	Administrativo e não licitação
*palavra*	Busca palavras que iniciam com o Administr* (vai retornar: administrativo, administração, administrador...)	

Fonte: PGDF (2018).

O sistema da base de dados de “Pesquisa de pareceres” <<http://parecer.pg.df.gov.br>> da PGDF possui um sistema de busca que embora não pesquise no inteiro teor do documento, é composto por manual de pesquisa (1), lista de termos (2), operadores booleanos no campo “ementa” (3), truncagem no campo “ementa” (4), e pesquisa livre (5).

Figura 9 - Sistema da base de dados “SID” da PGRGS

Fonte: PGRS (2018).

O Sistema de Informação e Documentação (SID) <<http://pge.rs.gov.br/consulta-a-pareceres-da-pge-rs>> da PGRS, dentre todos os sistemas de bases de dados das procuradorias gerais pesquisadas, foi o que se mostrou mais completo no que diz respeito aos recursos disponíveis para recuperação de pareceres. Além de buscar dentro do inteiro teor do documento, o sistema dispõe de busca por operadores booleanos (1), pesquisa livre (2), lista de termos/vocabulário controlado (3), busca pela expressão/frase exata (4), busca por proximidade (6) e vários campos, como ementa, processo, autor, ano, etc., disponíveis para pesquisa livre (7).

Figura 10 - Sistema da base de dados “Acervo Legislativo do Estado de Sergipe”

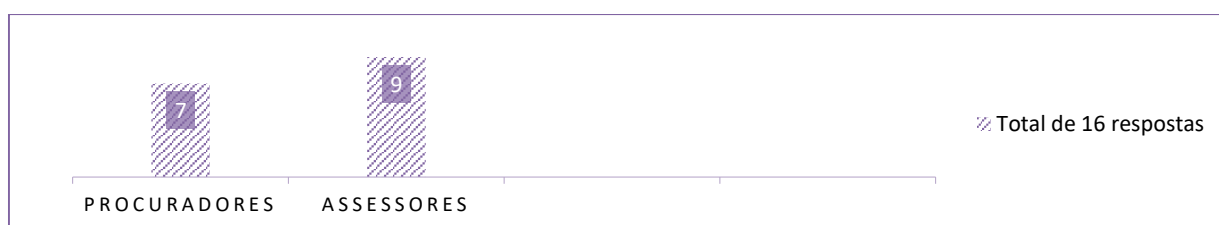
Fonte: PGESE (2018).

O sistema de base de dados “Acervo Legislativo do Estado de Sergipe” da PGESE < <http://acervo.se.gov.br/easysearch/>>, além de possuir pesquisa no inteiro teor dos seus documentos, dispõe de pesquisa livre (1), operadores booleanos, proximidade e expressão exata (2) e de campos que no momento da busca, sugerem a lista de termos (3).

## 7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O questionário de avaliação foi respondido por 16 usuários, de um universo de 54 servidores usuários da PGDF.

Gráfico 1 - Total de respostas obtidas



Fonte: elaboração própria.

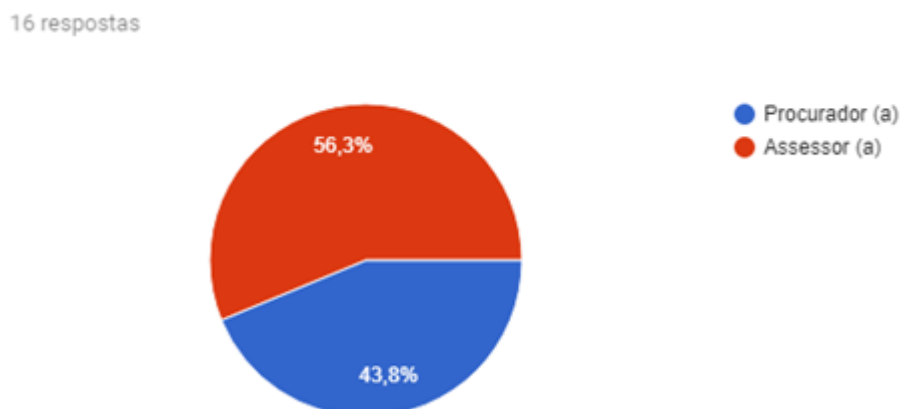
Os dados foram compilados em uma planilha do Excel segundo os critérios de interesse e avaliação estabelecidos para este estudo. São eles:

- Categoria dos usuários;
- Formação acadêmica;
- Periodicidade de utilização da base;
- Frequência de uso dos campos de busca;
- Dificuldades encontradas durante a busca;
- Documento localizado;
- Forma de apresentação dos resultados;
- Uso das estratégias de busca;
- Avaliação da interface gráfica do sistema e;
- Sugestões de melhorias.

Para Lancaster e Fayen (1973), a satisfação da necessidade do usuário é o que caracteriza a eficácia de um sistema. Dentro da Ciência da informação, esta avaliação se dá por meio da revocação, precisão, cobertura, esforço do usuário; formato de saída; tempo de resposta

e atualidade. Ao relacionar estas ideias com a análise dos dados a seguir, busca-se visualizar o resultado final desta pesquisa.

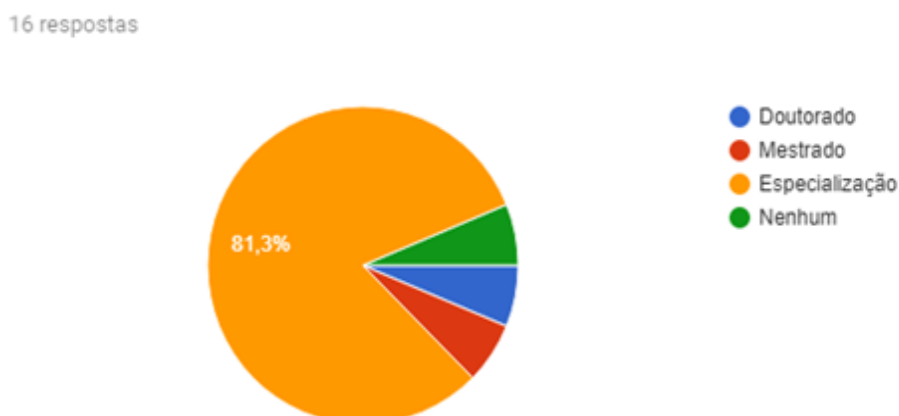
Gráfico 2 – Categoria dos usuários



Fonte: elaboração própria.

Este gráfico busca elucidar o índice de participação de procuradores e assessores. De acordo com a categoria dos usuários verificou-se que houve uma participação maior por parte dos assessores, representando 56,3% desta pesquisa, seguido dos procuradores com 43,8% de participação.

Gráfico 3 - Grau de formação acadêmica dos usuários



Fonte: elaboração própria.

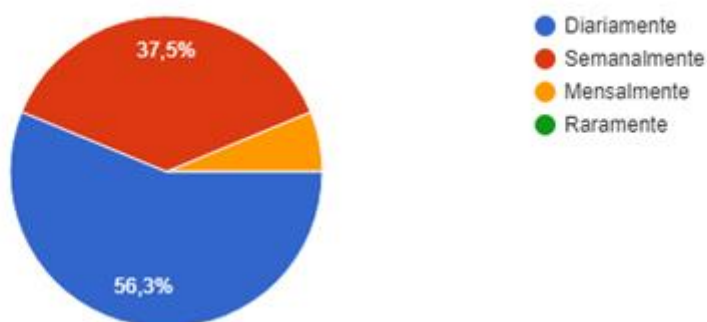
O Gráfico 3 apresenta o grau de formação acadêmica dos respondentes, a maioria significativa (81,3%) possui nível de especialização em algum ramo do direito. Este gráfico



confirma o tipo de público alvo desta pesquisa, ou seja, os operadores do direito dentro da PGDF.

Gráfico 4 - Periodicidade de utilização da base

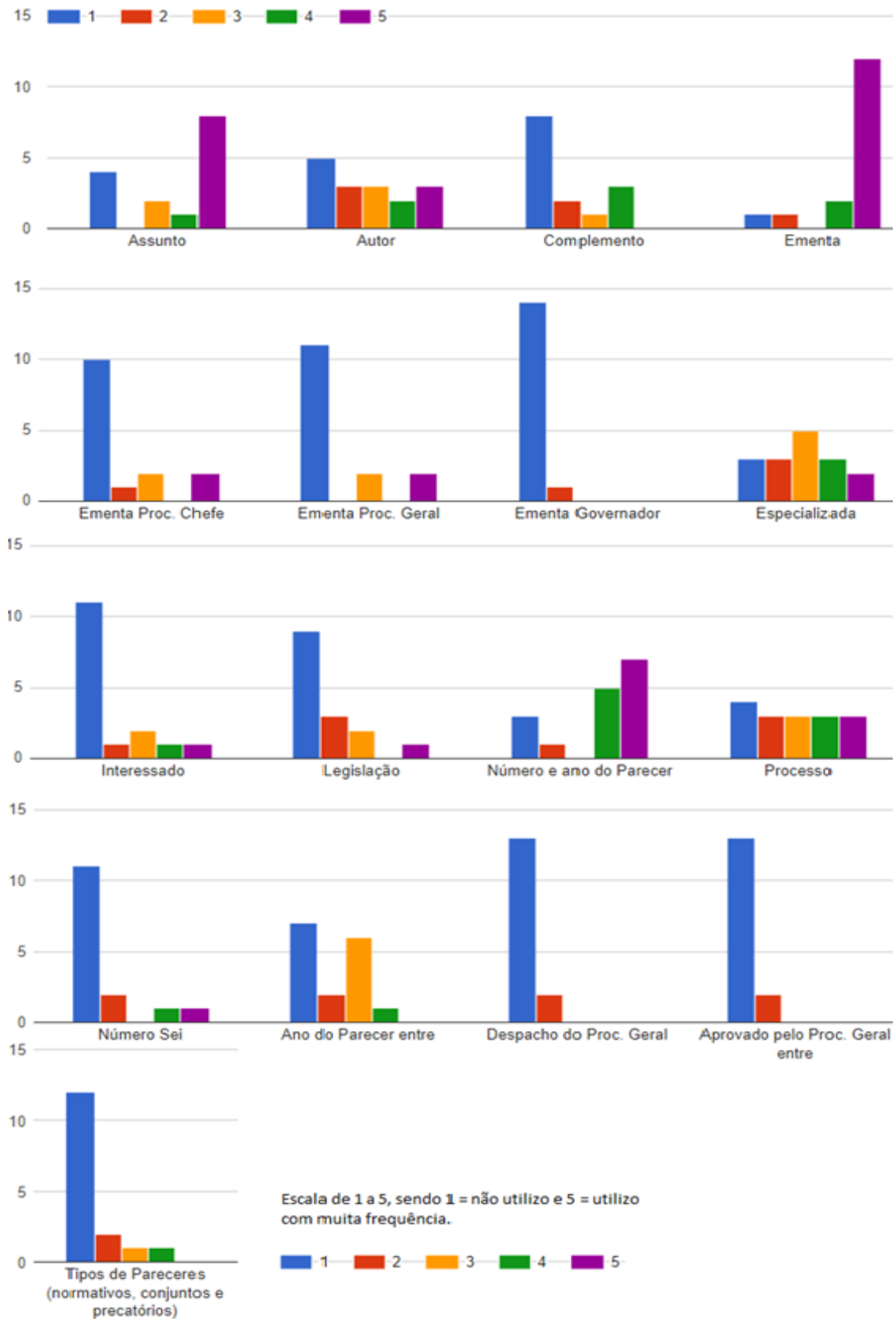
16 respostas



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 4 desta pesquisa demonstrou que grande parte dos respondentes utiliza a página diariamente, 56,3%, no desempenho de suas atividades. Isso reforça a importância da página estar sempre ativa e em pleno funcionamento. As rotinas de monitoramento e manutenção periódica são de suma importância para evitar o “Erro 404”, entre outros, quando o usuário não consegue acessar a página.

Gráfico 5 - Frequência de utilização dos campos de busca



Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 5 revelou que os campos de pesquisa mais utilizados são: ementa, assunto, número e ano do parecer, autor, complemento e processo, respectivamente. Nesse sentido, tais campos merecem maior atenção e devem ser melhorados, com o objetivo de otimizar a recuperação da informação a partir de um pedido formulado pelo usuário. O campo assunto, por exemplo, deve recuperar todos os registros referentes ao tema de pesquisa do usuário. O controle de sinonímia, plural, pontos e outras questões devem ser constantemente aperfeiçoados.

Observa-se que mudanças e/ou atualizações na página são necessárias. O sistema apresenta campos subutilizados, que se referem a relatórios gerenciais e que não são usualmente pesquisados pelos usuários, como, por exemplo: ano do parecer entre; aprovado pelo Proc. Geral; ementa governador, entre outros. Recomenda-se o desenvolvimento de uma interface simplificada e moderna que apresente, somente, os campos mais utilizados, como, número do parecer, processo, assunto, ementa, interessado, entre outros, para atingir uma boa relação entre usuário e sistema, conforme os critérios de avaliação de Lancaster e Fayen (1973).

Gráfico 6 - Dificuldades encontradas durante a busca



Fonte: elaboração própria.

Como visto em Lancaster e Fayen (1973), o esforço do usuário é uma das formas de avaliação, e pode estar ligado diretamente ao treinamento do usuário e projeto do sistema, bem como pode ser observado em tudo que é pertinente ao usuário na recuperação da busca dentro de tal sistema. No Gráfico 6, pode-se observar a relevante questão que diz respeito às dificuldades encontradas pelos usuários na realização de suas pesquisas. Para 93,8% dos respondentes, a combinação de termos é um obstáculo para a obtenção de um resultado de pesquisa satisfatório. A inexistência de vides que mostre a evolução do entendimento da PGDF também foi citada por 75% dos respondentes como uma falha da base de dados, bem como a ausência de um campo de "Pesquisa Livre", que ficou com 87,5% dos votos. Os conectivos do campo ementa também foram apontados como um dos entraves na realização das pesquisas, por 87,5% dos respondentes.

Os modos como o usuário efetua sua pesquisa estão relacionados às ferramentas disponibilizadas no sistema. As técnicas de busca possuem a meta de ajustar a necessidade de informação do usuário aos documentos existentes na base utilizada, de acordo com Hahn, (1998). Estas ferramentas disponíveis na base de dados da Pesquisa de parecer da PGDF precisam ser pensadas com este objetivo.

A pergunta número 5 do questionário (representada pelo gráfico 6), também possuía a opção "outros" caso o consultante desejasse expressar a sua opinião acerca das dificuldades de pesquisa. Eis as considerações manifestadas:

Respondente A: "Não aceitação de acentuação, til, cedilha, tampouco de operadores lógicos ("E", "OU", "MESMO", \$, ADJ, COM, etc.)."

Respondente B: "Impossibilidade de se colar trechos do parecer quando se tem acesso à íntegra."

Respondente C: "As palavras acentuadas travam a pesquisa; não há como pesquisar pelo prefixo ou parte da palavra; a pesquisa por ementa deveria procurar simultaneamente nas ementas dos pareceres e das cotas (já que cota suplanta parecer)."

Respondente D: "Dificuldade de localizar palavras chaves no texto dos pareceres."

Respondente E: "Impossibilidade de busca de termos com acentos, cedilha."

Respondente F: "Dificuldade em localizar o parecer quando não temos o número/ano dele."

Dentro desta questão em vista das dificuldades encontradas, pode-se também abordar o grau de usabilidade da base. Segundo Booth (1989), a usabilidade está relacionada com a forma com que o usuário determinado consegue alcançar o objetivo determinado, em um ambiente

específico, de modo satisfatório, cômodo e aceitável. Shackel (1990), explica que a usabilidade do sistema envolve a “aprendibilidade (facilidade de aprender); o tempo (ou esforço realizado para utilizar o sistema); a produção (facilidade de uso); flexibilidade (mudanças do sistema de acordo com as necessidades); atitude (positividade do sistema para o usuário).

Logo, a usabilidade da interface da base de “Pesquisa de pareceres” deve ser aproveitada em todo seu potencial, para elevar seu grau de usabilidade de acordo com as premissas expostas acima, uma vez que é nela que se dá a maior interação do usuário com o sistema.

Gráfico 7 - Documento localizado

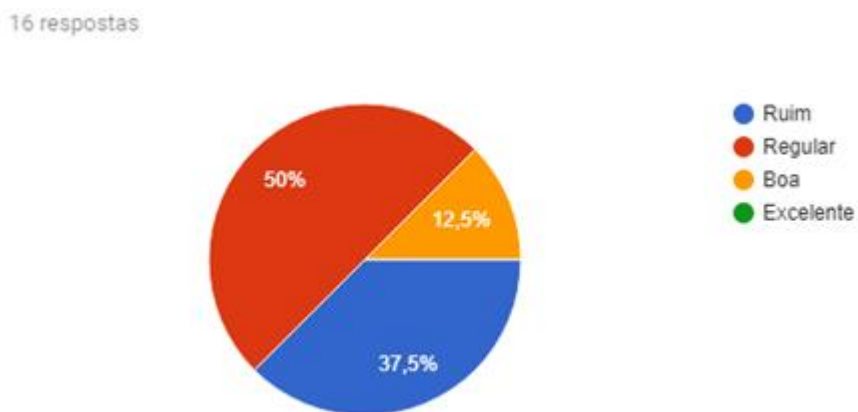
16 respostas



Fonte: elaboração própria.

Outro meio de avaliação da eficácia do sistema é a revocação, que é a pertinência dos documentos encontrados em relação aos documentos relevantes. No gráfico 7, pode-se constatar que o documento pesquisado em metade das vezes, raramente é recuperado. A outra metade dos respondentes, disseram que os encontram regularmente, implicando diretamente num baixo grau de revocação (e precisão) desta base. Rowley (2002) afirma que isto pode estar ligado também ao grau de experiência do usuário com a base, e que conforme a experiência aumentar, pode-se aumentar também o grau de satisfação.

Gráfico 8 - Modo de apresentação dos resultados



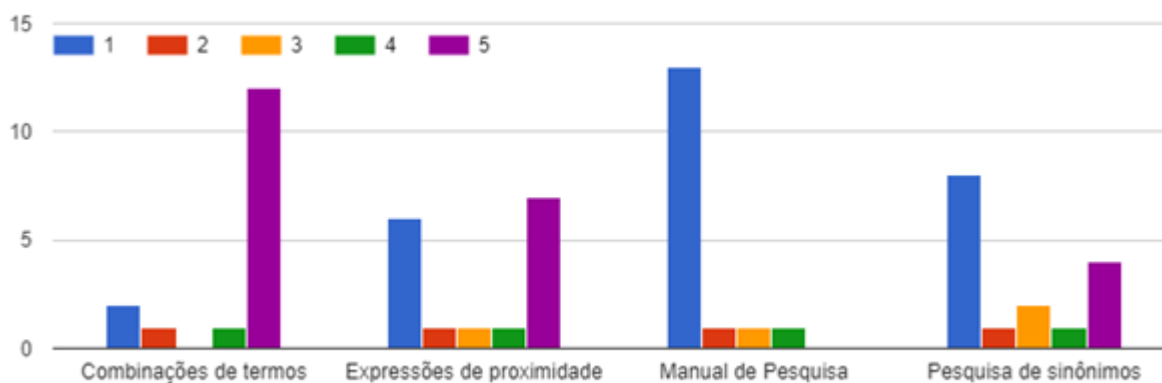
Fonte: elaboração própria.

O formato de saída, outro meio de avaliação, (e também um dos principais) é o primeiro encontro da informação ora buscada com o usuário, de modo que a relevância do documento encontrado, pode ser definido com base na quantidade de termos inseridos.

O formato de saída pode ser dividido ainda em face de dois preceitos: ordenação e formato de exibição, onde o primeiro é o ordenamento de resultado da pesquisa de acordo com critérios de relevância do próprio sistema (embora seja interessante existir a opção do usuário possa escolher seu próprio critério) e; o segundo (formato de exibição) são os diferentes tipos de resultados que um sistema pode recuperar, no caso de uma base de dados jurídica por exemplo: recuperação de portarias, leis, pareceres, etc.

Como é possível observar no Gráfico 8, quando questionados acerca da apresentação dos resultados na página, 50% dos respondentes a consideraram regular, seguido de 37,5% que acham ruim e 12,5% boa. Estes, bem como todos os outros, são dados alarmantes.

Gráfico 9 - Utilização das estratégias de busca

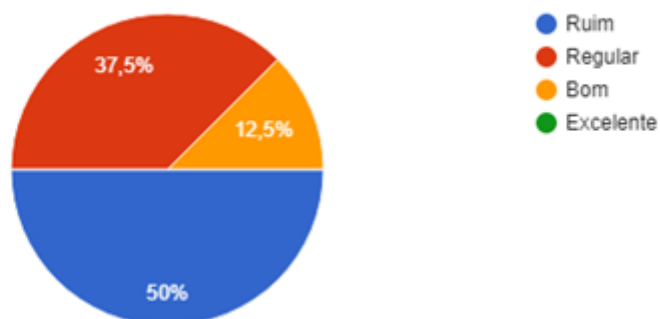


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 9, mostra os resultados acerca das principais estratégias de busca utilizadas na realização das pesquisas em bases de dados. Dessa forma, buscou-se verificar se os recursos apresentados atualmente na página de Pareceres são suficientes para atender os usuários em suas pesquisas. A maioria apontou a combinação de termos como o recurso mais utilizado, seguido das expressões de proximidade, e por último a pesquisa de sinônimos. Nota-se também que o Manual de Pesquisa possui o maior índice de "não utilizo" dentre todas as estratégias de busca.

Gráfico 10 - Avaliação da interface gráfica do sistema

16 respostas



Fonte: elaboração própria.

No gráfico 10, revela-se que 50% dos participantes do questionário definiram a interface gráfica da base de "Pesquisa de pareceres" como "ruim". Seguido dos 37,5% que o consideram como "regular" e 12,5% o consideram "bom". Para uma melhor interpretação destes dados, esta questão será analisada juntamente com indagação final do questionário.

A última pergunta deste questionário (pergunta de número 10), aberta, foi sobre sugestões de melhorias para a base "Pesquisa de pareceres". Visando ordenar e categorizar as ideias, optou-se pela confecção da tabela abaixo, que reúne cada sugestão de acordo com a sua repetição e mostra seu total:

Tabela 3 - Sugestões feitas pelos usuários

<b><u>SUGESTÕES DE MELHORIAS</u></b>
<p><b>Pesquisa livre (linguagem natural):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Aumentar as possibilidades de busca, inserir campo de pesquisa livre. ”</li> <li>• “Aceitar palavras como "repactuação", por exemplo. Sei que há vários pareceres sobre o assunto, mas simplesmente não aparecem. ”</li> <li>• “Que a busca possa ser realizada com mais de uma palavra no campo assunto. ”</li> <li>• “Pesquisa livre. ”</li> <li>• “Sugiro que a pesquisa seja facilitada ao máximo quando for efetuada por meio de assuntos, pois só é mais tranquilo de se localizar o parecer quando se tem o número/ano dele. Caso contrário, encontramos muitas dificuldades. ”</li> </ul>
<p><b>TOTAL SUGESTÕES = 5</b></p>
<p><b>Inteiro teor</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Pesquisar no inteiro teor do parecer. ”</li> <li>• “Indexar o inteiro teor dos documentos para captura,</li> <li>• “Indexar o corpo dos pareceres e não só a ementa. ”</li> <li>• “Num primeiro momento, liberar pesquisa no inteiro teor porque as ementas não refletem todos os assuntos que são tratados no parecer. ”</li> <li>• “Facilitar a localização de palavras chaves no corpo dos pareceres. ”</li> <li>• “Busca no inteiro teor documento. ”</li> </ul>
<p><b>TOTAL SUGESTÕES = 6</b></p>
<p><b>Sites dos tribunais</b></p>



<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Sem dúvida, melhoraria muito se ela se aproximasse do mesmo mecanismo de pesquisa já usado pelos Tribunais (STF, STJ, etc.). ”</li> <li>• “Permitir que os resultados sejam exibidos de forma mais eficiente e com concatenações lógicas, tais como as do sítio do STJ ”.</li> <li>• “Minha sugestão é de reformulação e modernização da base de dados e sua consulta, tendo por referência os sistemas adotados pelo STJ e STF. ”</li> <li>• “Colocá-lo semelhante às pesquisas de jurisprudências nos tribunais. ”</li> <li>• “Adotar ferramentas existentes no mercado, a dos STJ e do TJDFT. ”</li> <li>• “Copiar modelos de busca como o do STJ. ”</li> </ul>
<b>TOTAL SUGESTÕES = 6</b>
<p><b>Linguagem controlada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “A pesquisa deveria encontrar palavras que fazem referência ao assunto, ou seja, em sua busca deveria aparecer também os sinônimos. ”</li> <li>• “Separação por assuntos mais acessados. ”</li> </ul>
<b>TOTAL SUGESTÕES = 2</b>
<p><b>Operadores lógicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Incluir operadores lógicos e acentuação. ”</li> <li>• “Melhoria nos termos de pesquisa (e, ou, não). ”</li> <li>• “Possibilidade de que o sistema entenda e agrupe, por exemplo buscando por ats que o sistema mostre pareceres sobre ats, adicional por tempo de serviço e até mesmo pareceres de averbação por tempo de serviço, sem fazer seleção por conta de pontuação e conectivos.”</li> <li>• Melhorar a utilização de conectores “e” ou outro para facilitar a pesquisa, seja no campo ementa seja em assunto. Aperfeiçoamento dos conectivos de pesquisa tais como \$, “prox” e “com”. ”</li> <li>• “Aumentar as possibilidades de conectivos utilizados, viabilizar ferramentas de pesquisa tais como sinais que indicam sufixos ou prefixos genéricos. ”</li> <li>• “Possibilidade de utilização de conectivos de busca. ”</li> </ul>
<b>TOTAL SUGESTÕES = 6</b>
<p><b>Interface gráfica e apresentação dos resultados de busca</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Melhorar a visualização dos resultados”</li> <li>▪ “Um curso rápido sobre as ferramentas de pesquisa contidas na página. ”</li> </ul>

- “Uma boa alternativa seria separar o campo número e ano para diminuir problemas relacionados ao uso de / e durante a pesquisa. ”
- “Sistematizar os resultados (como era feito no sistema "Banco de Teses"). ”
- “Inclusão dos links para o inteiro teor diretamente em todos os resultados da busca. ”
- “Destaque dos argumentos de pesquisa nos resultados encontrados. ”
- “Apresentação do texto de forma que permita copiar trechos sem que haja interferência (quando quero citar algum trecho dos pareceres em meus trabalhos e seleciono o trecho de meu interesse para copiar, muitas palavras são copiadas de forma incorreta, demandando muito tempo para corrigir tais palavras). ”
- “Permitir cópia e colagem mais facilmente, tanto da ementa quanto do inteiro teor.”

**TOTAL SUGESTÕES = 8**

**Funcionamento**

- “Abrindo a possibilidade de utilização de outros navegadores. ”
- “Funcionamento regular em qualquer navegador. ”

**TOTAL SUGESTÕES = 2**

Fonte: elaboração própria.

Estes totais foram representados pelo gráfico abaixo:

Gráfico 11 - Sugestões de melhorias feitas pelos usuários



Fonte: elaboração própria.

Nesta questão pode-se mais uma vez observar o “esforço do usuário”. Este critério de avaliação está relacionado com a capacidade de busca, que diz respeito à relação entre necessidade informacional do usuário e a base de dados.

As melhorias sugeridas pelos usuários como “pesquisa livre”, “pesquisa no inteiro teor”, “interface parecida com a dos sites dos tribunais”; “lista de termos sugeridos”, “operadores lógicos”, etc., fazem total sentido quando combinamos isto à literatura.

A pesquisa livre e também o vocabulário controlado é tido, segundo Lopes (2002), como uma ferramenta muito importante na recuperação da informação. A autora ainda destaca que cada vez mais se faz necessário que estas duas formas de recuperação trabalhem juntas para um melhor desempenho da base em relação aos resultados buscados. A base de dados possui ambos vocabulários, porém, funcionam cada um em seu determinado campo. O campo “assunto”, por exemplo, funciona para pesquisa livre, porém muitos usuários não sabem disto, visto que, não há nenhuma indicação de “pesquisa livre”. O único campo que funciona com operadores lógicos e linguagem natural é o campo “ementa”.

Os operadores lógicos deveriam ser facilitadores da busca e estão disponíveis nesta base de pesquisa os operadores booleanos, truncagem e expressão exata, mas nota-se que os usuários possuem uma certa dificuldade em utilizá-los e alguns desconhecem que estes existam. Mais uma vez a interface gráfica do sistema se mostra um obstáculo entre recuperação da informação e usuário.

A pesquisa no inteiro teor do documento, se faz importante porque muitas vezes só o que consta na ementa não representa totalmente o documento, segundo Atienza (1979) e Silva (2010).

O funcionamento da base em qualquer navegador, se dá ao fato de que, em seu manual, é indicado aos usuários, que o sistema tem um melhor desempenho no *Internet explorer*. Quando o sistema possui dificuldades em se adaptar a novos programas ou máquinas, de acordo com Rowley (2002), seria um dos principais indicadores de que é chegada a hora da substituição deste sistema, com base em seu “ciclo de vida”.

A interface dos sites dos tribunais possui uma interatividade melhor com o usuário facilitando a estratégia de busca. Pode-se observar que a página de jurisprudência do STJ, STF e outros, é frequentemente citada como um modelo a ser seguido na confecção do layout da página.

## 8 CONCLUSÃO

Em suas medidas internas, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal demonstra a determinação em transformar a pesquisa de pareceres numa ferramenta de empoderamento para seu público alvo. Os pareceres são os instrumentos utilizados diariamente pelos procuradores e assessores para tomada de decisão dentro da Casa Jurídica. As primeiras abordagens da base de dados de “Pesquisa de pareceres” revelaram fatores que restringiam a sua plena utilização, afetando assim a satisfação de seus usuários, seja pela interface gráfica inadequada, pela apresentação dos resultados, pelas limitações nas estratégias da busca ou ainda pela instabilidade do sistema. A iniciativa de se proceder à um diagnóstico dos problemas foi decisão da diretoria do Centro de Estudos da PGDF, seção responsável por coordenar e controlar as atividades de estudos e pesquisas especiais acerca de publicações, legislação, jurisprudência e pareceres. Sensível às questões relacionadas à base de “Pesquisa de pareceres”, o Centro de Estudos da PGDF encomendou e coordenou este estudo cujas recomendações conclusivas encontram-se a seguir.

Adotando-se a metodologia de *survey* com questões fechadas e abertas, os questionários foram utilizados para a coleta e análise de dados que fundamentaram as avaliações do sistema de recuperação da informação. Tendo observado que constantes reclamações provinham essencialmente de seus usuários internos, os procuradores e assessores da PGDF foram escolhidos como público do estudo.

Os resultados mostraram assim que a metade da população (50%) considerava o sistema ruim, com uma apresentação dos resultados de qualidade regular, e que também para 50% dos usuários o documento procurado raramente era encontrado, impactando diretamente na celeridade do trabalho desempenhado.

Quanto às estratégias de busca, verificou-se que os usuários utilizam predominantemente os campos “ementa”, “assunto” e “número e ano do parecer”. Em pesquisas no campo textual da ementa, há de se recorrer à combinação de termos para maior precisão e revocação dos documentos recuperados em determinado assunto. Nesse tipo de pesquisa são utilizados operadores lógicos (Booleanos) para a composição da estratégia de busca. Os resultados mostraram, que para a grande maioria da população (superior à 90%), a combinação de termos e o uso de operadores lógicos constituem os maiores empecilhos de busca. Uma vez que a plena utilização dessas funcionalidades de busca é importante para a satisfação das

necessidades informacionais dos usuários, recomenda-se fortemente a realização de treinamentos de curta duração proporcionando o letramento informacional adequado para o público alvo.

Sobre a expressão das necessidades dos usuários em termos de melhorias a serem implementadas no sistema, a busca no inteiro teor do parecer, foi aquela que mais sobressaiu nas respostas. Lembrando que atualmente a pesquisa sobre assuntos do documento, só pode ser feita por meio das ementas e do campo assunto, uma atualização do sistema de buscas, incluindo a pesquisa livre em texto integral, seria a orientação mais indicada para atualizar a base de Pesquisa de pareceres assegurando assim maior satisfação dos usuários. Paralelamente, o bibliotecário da Procuradoria pode viabilizar o processo com a indexação dos pareceres segundo as regras da Biblioteconomia, certificando e identificando os principais termos que representam o conteúdo temático do documento (dispostos no campo ementa e assunto). Idealmente, a criação de um Tesouro de pareceres jurídicos, serviria como ferramenta mais adequada para garantir a uniformidade da escolha dos termos. A adoção de técnicas de folksonomia, ou elaboração de ontologias seriam soluções complementares a Tesouro que poderiam ser igualmente adotadas.

A realização deste estudo revelou situações e comportamentos dos usuários não aprendidos nos casos de escola, a riqueza do conhecimento adquirido em campo decorre de uma vivência das experiências do cotidiano daquele sistema e daquela Procuradoria. A observação crítica dos processos demanda tempo e dedicação. O trabalho de alinhamento dos processos à missão da instituição contribui para uma maior satisfação dos usuários, eficiência e eficácia das organizações. O tempo de um trabalho de conclusão de curso (TCC) é demasiado curto para a implementação das recomendações aqui sugeridas, o diagnóstico dos problemas é apenas o primeiro passo. Novos atores deverão intervir neste processo de pesquisa aplicada para ajustar os recursos disponíveis ao atendimento das necessidades dos usuários, tanto do ponto de vista da interface online do sistema quanto da sua estrutura interna de dados. A substituição do atual sistema de gestão documentária deve igualmente ser considerada, observando-se que manter o equilíbrio do tripé informação, tecnologia e usuários é fundamental em todo processo de mudança incluindo a adoção de ferramentas de software mais modernas, isto deve estar na base da tomada de decisões. Autonomia, domínio e propósito devem constituir as facetas do vetor de ações com vistas à satisfação dos usuários.

## REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcos Cláudio. **Dicionário jurídico Acquaviva**. 5. ed., atual e ampl. São Paulo: Rideel, 2011. 1043 p.

ASSIS, Tainá Batista de. **O uso das linguagens natural e controlada na recuperação da informação na web**: o caso das livrarias eletrônicas. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/1221>>. Acesso em: 15 ago. 2018

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the Phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, 1976, p. 197 - 204. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/227838588\\_Information\\_Science\\_and\\_the\\_Phenomenon\\_of\\_information](https://www.researchgate.net/publication/227838588_Information_Science_and_the_Phenomenon_of_information)>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 2. ed. ver. ampl. São Paulo, 2002, p. 155.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei complementar nº 395 de 31 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=395&txtAno=2001&txtTipo=4&txtParte=>>. Acesso em: 2 abr. 2018. <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=395&txtAno=2001&txtTipo=4&txtParte=>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Portal do Superior Tribunal de Justiça. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/comuns/out/htmltopdf/?aplicacao=faq.pdf&arquivoNome=faqInteiro&prmt0=faq.ea&prmt1=pesquisaporassunto&prmt2=84&prmt3=&prmt4=&prmt5=0&prmt6=0&prmt7=FALSE>. Acesso em: 15 out. 2018.

BOOTH, P. **An introduction to human-computer interaction**. Hove: Lawrence Erlbaum, 1989.

CUNHA, Murilo Bastos da.; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, 451 p.

COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL - CEPAD. **A importância da informação e do documento na administração pública brasileira**. Brasília: Fundação Centro e formação do Servidor Público – FUNCEP, 1987, 133 p.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 4 v.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação da informação**: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação. São Paulo: USP, 2003.

FERREIRA, Sueli Mara. **Design de biblioteca virtual centrado no usuário**: a abordagem do Sense-Making para estudo de necessidade e procedimentos de busca e uso da informação. São Paulo: Departamento de Biblioteconomia, 1997.

GALVÃO, M.C.B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. In: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). Fundamentos de epidemiologia. 2ed. A. 398 ed. São Paulo: Manole, 2010.

GUIMARÃES, Eliane Marina Palhares; ÉVORA, Yolanda Dora Martinez. Sistema de informação: instrumento para tomada de decisão no exercício da gerência. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 72-80, jan./abr. 2004.

GUIMARÃES, J. A. C. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n. 1/2, p. 41-54, 1993. Disponível em :<<http://www.brapci.inf.br/v/a/2167>>. Acesso em 15 ago. 2018.

LANCASTER, F. W ; FAYEN, E. G. **Information retrieval on-line**. Los Angeles: Melville, 1973.

LANCASTER, F. Wilfrid; LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a05v31n1.pdf>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

LOPES, Roseana Regina Velho. Acesso a bases de dados em linha e em CD-ROM: algumas considerações sobre a sua implantação em países em desenvolvimento. **Ciência da informação**. Brasília: v. 20, n. 2, p. 217-219, jul./dez. 1991.

MARINI, Caio. Gestão Pública: o debate contemporâneo. **Cadernos FLEM**. Salvador: FLEM, v. 7, 2003. Disponível em: <<http://edital.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFlem7-VersaoCompleta.pdf>> Acesso em: mai. 2018.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004, 237 p.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

REZENDE, Ana Paula de. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4 ed., rev., e ampl. Brasília: Edição de autor, 2005. 409 p.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Tradução Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2002, 399 p.

SHACKEL, B. Usability: context, framework, definition, design and evaluation. In: **B. Shackel, & S. Richardson** – Human Factors in informatics usability. Cambridge University Press, 1991, p. 21-37.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SILVA, Vanessa Barbosa; MORAES, Tamiê. **Manual de Pesquisa de pareceres**. Brasília: Procuradoria-Geral do Distrito Federal, 2016.

SOUZA, Renato Rocha. Sistemas de Recuperação de Informações e Mecanismos de Busca na web: panorama atual e tendências. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 161 -173, mai./ago. 2006.

TARAPANOFF, Kira M. A. **A inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UnB, 2001. 343p., il.

TARAPANOFF, Kira M. A. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. Brasília: Thesaurus, 2002. 163 p.

VICENTINI, Luiz Atílio; MILECK, Luciana S. **Desenvolvimento de sites na web em unidades de informação: metodologias, padrões e ferramentas**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11. 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2000. 1CD-ROM.

ZAFALON, Zaira Regina. **Biblioteca digital x biblioteca virtual: aspectos norteadores para proposta de implantação em um IES**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004, Natal. Anais... Natal, 2004.



## ANEXO A - QUESTIONÁRIO

### QUESTIONÁRIO

Avaliação da Página "Pesquisa de pareceres"

Prezado(a) Procurador(a)/Assessor(a),

Este questionário foi elaborado como parte da monografia para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, por Hiziane Ferreira da Silva.

O objetivo do estudo é coletar informações acerca das estratégias de busca dos usuários na base de dados de Pesquisas de Pareceres da PGDF: <http://parecer.pg.df.gov.br/>

Agradeço a gentil colaboração.

Hiziane Ferreira da Silva

#### **1. Categoria do respondente:**

Procurador (a)

Assessor (a)

#### **2. Formação acadêmica de Pós-Graduação:**

Doutorado

Mestrado

Especialização

Nenhum

#### **3. Qual a periodicidade de utilização da página “Pesquisa de pareceres”?**

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Raramente

#### **4. Com que frequência você utiliza os campos abaixo. Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 = não utilizo e 5 = utilizo com muita frequência.**

Assunto

Autor

Complemento

Ementa

Ementa Proc. Chefe

Ementa Proc. Geral

Ementa Governador

Especializada

Interessado

Legislação

Número e ano do Parecer

Processo

Número Sei

Ano do Parecer entre

Despacho do Proc. Geral

Aprovado pelo Proc. Geral entre

Tipos de Pareceres (normativos, conjuntos e precatórios)

**5. Assinale quais são as dificuldades encontradas na realização de suas pesquisas:**

Combinações de termos

Ausência do campo “Pesquisa Livre”

Ausência de uma lista de termos sugeridos no campo “Assunto”

Ausência de uma lista de termos sugeridos no campo “Interessado”

Impossibilidade de pesquisar no inteiro teor do documento

Inexistência de “vides” que mostre a evolução do entendimento da PGDF

Limitação dos pareceres disponíveis na íntegra

Uso de pontos, barras e outros caracteres na recuperação da informação

Uso dos conectivos “e”, “ou”, “e não”, no campo Ementa

Utilização do navegador “Internet Explorer” para abrir a página

Instabilidade do sistema (não encontra nenhum documento, mesmo o termo de busca sendo genérico)

Interface com baixa praticidade

Outro:

**6. O documento desejado é encontrado?**

Sempre

Regularmente

Raramente

Nunca

**7. Em sua opinião, a forma de apresentação dos resultados é:**

Ruim

Regular

Boa

Excelente

**8. Com que frequência você utiliza as estratégias de busca abaixo? Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 = não utilizo e 5 = utilizo com muita frequência.**

Combinações de termos

Expressões de proximidade

Manual de Pesquisa

Pesquisa de sinônimos

Combinações de termos

Expressões de proximidade

Manual de Pesquisa

Pesquisa de sinônimos

**9. Como você avalia a interface gráfica da base "Pesquisa de pareceres" da PGDF?**

Ruim

Regular

Bom

Excelente

**10. Qual a sua sugestão para que a "Pesquisa de pareceres" seja otimizada?**